

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:49:57 -03'00'

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45



Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A., ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Informações Financeiras da Controladora
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 888,7 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE médio) foi de 17,6%, considerando um patrimônio líquido médio de R$ 5.051,2 milhões no período.
O resultado de equivalência patrimonial das investidas totalizou R$ 824,2 milhões em 2025.
O resultado financeiro alcançou R$ 79,1 milhões no exercício, representando crescimento de 57,0% em comparação a 2024, explicado principalmente pela maior disponibilidade média de recursos e pela melhor remuneração dos ativos financeiros ao longo do período.
Ao final de 2025, os ativos financeiros totalizaram R$ 438,8 milhões, o que representa aumento de 13,3% em relação ao saldo registrado ao término do exercício anterior, evidenciando a manutenção de uma posição financeira adequada para suportar as atividades da Companhia.
O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2025 no montante de R$ 5.281,9 milhões, frente aos R$ 4.820,6 milhões registrados em 2024, representando crescimento de 9,6% no período.
A evolução do patrimônio líquido decorre, principalmente, da geração de resultados ao longo do exercício, parcialmente compensada pelas destinações realizadas, mantendo uma estrutura de capital sólida e compatível com a estratégia da Companhia.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.
A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos Acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Governança, Pessoas e Equidade de Gênero
A empresa aborda a equidade de gênero como um compromisso estratégico integrado à sua agenda ESG, especialmente no pilar social. De forma complementar, reafirma a tolerância zero à discriminação e ao assédio moral e sexual, assegurando canais formais de acolhimento, denúncia e apuração independente, com garantias de confidencialidade e não retaliação. Esse posicionamento reforça que a equidade de gênero é tratada de forma integrada como valor organizacional, dever ético e responsabilidade legal.
No campo quantitativo, os dados de movimentação de pessoas evidenciam avanços relevantes. Em 2024, foram realizadas 35 admissões, das quais 15 mulheres (43%). Considerando os cargos de gestão (Diretoria, Superintendência, Gerência e Coordenação), as mulheres representaram 2 contratações, o equivalente a 28,6% das admissões nesse grupo. Já nos cargos técnicos, as mulheres corresponderam a 13 admissões, alcançando 46,4% do total dessas posições.
Em 2025, observa-se uma evolução no equilíbrio de gênero nas contratações. Das 27 admissões realizadas, 15 foram de mulheres (56%), superando proporcionalmente as contratações masculinas. Nos cargos de gestão, a participação feminina foi de 33,3%, enquanto nos cargos técnicos as mulheres representaram 58,3% das admissões, evidenciando avanço consistente na inclusão feminina especialmente nas funções técnicas.
No que se refere à governança, a composição do Conselho manteve-se equilibrada em 2024, com 50% de mulheres (5 mulheres e 5 homens). Em 2025, a participação feminina passou a 40% (4 mulheres e 6 homens), permanecendo, ainda assim, em patamar relevante quando comparado ao contexto de mercado e reforçando o compromisso contínuo com a diversidade nos níveis mais altos de decisão.
No que se refere à governança e às práticas de remuneração, a empresa acompanha de forma contínua a distribuição da remuneração por gênero. Em 2024, as mulheres concentraram 49% da remuneração fixa e 46% da remuneração variável, refletindo sua participação relevante no quadro de colaboradores e nos cargos elegíveis aos programas de incentivo. Em 2025, observa-se a participação feminina na remuneração com 48% da remuneração fixa e 47% da remuneração variável destinadas a mulheres, em linha com o aumento da presença feminina na organização.
De forma integrada, os dados demonstram que a empresa vem acompanhando de maneira estruturada a equidade de gênero, combinando práticas de gestão responsáveis com o objetivo de fortalecer um ambiente de trabalho mais diverso, inclusivo e sustentável.

Valorização de pessoas
Nosso trabalho alcançou um reconhecimento importante na área de pessoas. Ganhamos o selo *Great Place to Work* (GPTW), concedido a organizações que se destacam em sua cultura e em seu ambiente de trabalho. Essa conquista reforça nosso compromisso em manter um ambiente onde as pessoas se sintam valorizadas e motivadas a trabalhar.

Reconhecimentos importantes
Segundo o anuário *Época Negócios*, a CNP Seguros Holding Brasil alcançou posição de destaque entre as 450 empresas avaliadas, ocupando o 8º lugar na dimensão pessoas, o 11º em desempenho financeiro e o 44º lugar no ranking geral.
A Companhia foi reconhecida em outras oito premiações pelas iniciativas implementadas nas áreas de atendimento, experiência do cliente e inovação tecnológica, o que reforça seu investimento em excelência operacional e seu comprometimento com a melhoria da percepção de valor pelos clientes.

Investimentos sociais em cultura e educação
Em 2025, reafirmamos nosso compromisso com a ampliação do acesso à cultura e com o apoio a iniciativas voltadas à educação de crianças e jovens no Brasil. Também patrocinamos a exposição *Andy Warhol Pop Art*, que atraiu mais de 300 mil visitantes, e a mostra imersiva *Uma Noite com os Impressionistas,* que teve importante impacto na mídia e reforçou a conexão entre Brasil e França.

Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda.
Reconhecemos o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A, e do corpo funcional de todas as empresas da Holding.
Agradecemos também a todos os nossos clientes pela confiança.

Brasília, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE		**470.328**	**321.129**	**3.902.485**	**2.606.499**
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.117	2	660.629	10.051
Ativos financeiros	**6**	**330.801**	**299.012**	**2.770.255**	**1.953.030**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		230.244	299.012	2.091.403	1.007.772
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		100.557	–	608.312	875.207
Ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	70.540	70.051
Títulos e créditos a receber	7	795	–	43.503	162.470
Ativo fiscal corrente	9	19.081	14.416	23.413	24.880
Dividendos a receber	11	7.224	7.383	–	–
Outros ativos		310	316	30.189	15.698
Ativos relacionados a contratos de resseguros	15	–	–	61.489	129.800
Ativos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	313.007	310.571
NÃO CIRCULANTE		**4.850.992**	**4.534.692**	**7.053.070**	**7.666.031**
Ativos financeiros	6	**108.046**	**88.265**	**3.209.200**	**3.902.127**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		–	–	12.608	11.422
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		108.046	88.265	2.061.203	2.761.375
Ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	1.135.389	1.129.330
Depósitos judiciais e fiscais	8	–	–	2.596.577	2.418.127
Ativo fiscal diferido	9	178.213	160.045	609.988	706.569
Outros ativos		–	–	44.006	52.422
Ativos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	**189.532**	**17.479**
Investimentos em controladas e coligadas	12	4.561.546	4.282.824	–	144.002
Ativos intangíveis	14	3.011	3.011	81.310	162.101
Propriedades para investimento	13	–	–	225.623	149.144
Imobilizado	14	176	547	95.880	113.106
Outros investimentos		–	–	954	–
TOTAL DO ATIVO		**5.321.320**	**4.855.821**	**10.955.555**	**10.272.530**

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
PASSIVO					
CIRCULANTE		**39.460**	**35.262**	**750.327**	**788.463**
Passivos financeiros	19	15.665	13.502	93.166	83.677
Passivo fiscal corrente	16	9.368	7.326	428.886	407.708
Outros passivos	17	14.427	14.434	85.317	132.159
Passivos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	142.958	164.919
NÃO CIRCULANTE		**–**	**–**	**4.798.998**	**4.596.439**
Provisões para contingências	18	–	–	4.428.403	4.184.287
Outros passivos	17	–	–	7.607	2.623
Passivos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	362.988	409.529
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20**	**5.281.860**	**4.820.559**	**5.406.230**	**4.887.628**
Capital social		2.520.000	2.366.000	2.520.000	2.366.000
Reservas		3.069.077	3.044.617	3.029.557	3.004.629
Reserva ao valor justo		(28.263)	(107.937)	(28.264)	(107.937)
Reserva Financeira de Seguros e Resseguros		(260.980)	(434.684)	(260.980)	(434.684)
Ajuste de avaliação patrimonial		(17.974)	(47.437)	44.150	(29.375)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	101.767	88.995
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.321.320**	**4.855.821**	**10.955.555**	**10.272.530**
Patrimônio Líquido atribuível aos					
Acionistas da Companhia		5.281.860	4.820.559	5.304.462	4.798.633
Acionistas não controladores nas controladas		–	–	101.767	88.995

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita das operações de seguro	21.1	–	–	2.815.124	2.835.519
Custos/Despesas da operação de seguro	21.2	–	–	(1.792.319)	(1.862.101)
Resultado das operações de resseguros		–	–	(27.820)	207.749
Resultado das operações de seguros e resseguros		**–**	**–**	**994.985**	**1.181.167**
Receita financeira de contratos de seguro	21.3	–	–	228.107	187.760
Despesa financeira de contratos de seguro	21.3	–	–	(102.240)	80.151
Outros resultados financeiros	21.4	79.082	50.370	304.272	184.977
Resultado de equivalência patrimonial	21.5	824.168	938.808	2.598	38.239
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes		(13.327)	(8.372)	(42.285)	(85.360)
Outros resultados operacionais	21.6	20.341	–	41.638	(53.909)
Redução ao valor recuperável	21.7	–	–	6.646	788
Resultado antes dos impostos		**910.264**	**980.806**	**1.433.721**	**1.533.813**
Imposto de renda	22	(15.873)	9.248	(337.432)	(335.791)
Contribuição social	22	(5.723)	3.418	(204.097)	(205.934)
Lucro líquido do exercício		**888.668**	**993.472**	**892.192**	**992.088**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		888.668	993.472	892.192	992.088
Acionistas não controladores em controladas		–	–	3.058	2.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Descrição	Capital Social	Reservas: Capital	Reservas: Legal	Reservas: Lucros	Reserva Financeira de Seguros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva ao valor Justo	Lucros acumulados	Total atribuível acionistas controladores	Ajustes de Consolidação	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**2.204.000**	**16.210**	**284.137**	**2.664.093**	**55.253**	**(34.497)**	**(33.067)**	**–**	**5.156.129**	**(35.777)**	**80.149**	**5.200.501**
IFRS 9	–	–	–	(28.947)	–	–	28.947	–	–	–	–	–
Aumento de Capital: AGOE 03.2024	162.000	–	(162.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos complementares: AGOE 03.2024	–	–	–	(421.898)	–	–	–	–	(421.898)	–	–	(421.898)
Reserva ao valor justo	–	–	–	–	–	–	(103.817)	–	(103.817)	–	–	(103.817)
Reserva Financeira de Seguros (BBA)	–	–	–	–	(489.937)	–	–	–	(489.937)	–	–	(489.937)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	993.472	993.472	(4.210)	2.826	992.088
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	–	(12.940)	–	–	(12.940)	–	–	(12.940)
Ajustes do fundo imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	18.061	6.020	24.081
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	–	–	49.674	–	–	–	–	(49.674)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	643.349	–	–	–	(643.348)	–	–	–	–
Dividendos - R$ 63,56 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	–	(300.450)	(300.450)	–	–	(300.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.366.000**	**16.210**	**171.811**	**2.856.596**	**(434.684)**	**(47.437)**	**(107.937)**	**–**	**4.820.559**	**(21.926)**	**88.995**	**4.887.628**
Desinvestimento WIZ. *NE 12.1*	–	–	–	–	–	29.463	–	–	29.463	–	–	29.463
Dividendos complementares - conforme AGE de 01.2025	–	–	–	(180.438)	–	–	–	–	(180.438)	–	–	(180.438)
Dividendos intermediários - conforme AGOE de 03.2025	–	–	–	(174.770)	–	–	–	–	(174.770)	–	–	(174.770)
Aumento de Capital: AGOE 03.2025	154.000	–	(154.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários - conforme AGE de 09.2025	–	–	–	–	–	–	–	(355.000)	(355.000)	–	–	(355.000)
Reserva ao valor justo	–	–	–	–	–	–	79.674	–	79.674	–	–	79.674
Reserva Financeira de Seguros (BBA)	–	–	–	–	173.704	–	–	–	173.704	–	–	173.704
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	888.668	888.668	467	3.058	892.192
Ajustes do fundo imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	44.062	9.714	53.777
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	–	–	44.433	–	–	–	–	(44.433)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	489.235	–	–	–	(489.235)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.520.000**	**16.210**	**62.244**	**2.990.623**	**(260.980)**	**(17.974)**	**(28.263)**	**–**	**5.281.860**	**22.603**	**101.767**	**5.406.230**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício atribuível ao	**888.668**	**993.472**	**892.192**	**992.087**
Acionistas da Companhia	888.668	993.472	889.134	989.261
Acionistas não controladores em controladas	–	–	3.058	2.826
Outros lucros abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**253.378**	**(564.807)**	**253.378**	**(564.807)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	134.751	(144.710)	134.751	(144.710)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(55.077)	69.840	(55.077)	69.840
Reserva financeira de seguros e resseguros	173.704	(489.937)	289.333	(816.562)
Efeito tributário sobre a reserva financeira de seguros e resseguros	–	–	(115.629)	326.625
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**1.142.046**	**428.665**	**1.145.570**	**427.280**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	1.142.046	428.665	1.142.512	424.454
Acionistas não controladores em controladas	–	–	3.058	2.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**888.668**	**993.472**	**892.192**	**992.088**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	371	671	40.896	49.850
Reversão de Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(6.646)	(788)
Juros em passivos de arrendamento IFRS16	–	–	574	5.283
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	–	1.997	14.719
Resultado da equivalência patrimonial e JSCP	(824.167)	(945.443)	(2.598)	(38.239)
Outros ajustes diversos	(20.341)	–	(22.406)	45.857
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos Financeiros - VJ e VJORA	(49.061)	15.614	(38.077)	191.586
Ativos Financeiros - Custo amortizado	–	–	97	(1.965)
Contratos de seguros e resseguros	–	–	(979)	130.251
Outros Créditos	(795)	7.269	118.967	209.016
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	(178.450)	(141.573)
Ativos fiscais	(22.833)	(35.665)	98.048	(425.390)
Outros ativos	(22.543)	(6.269)	(51.295)	(79.509)
Passivos financeiros	2.163	(5.059)	9.489	(27.320)
Passivos fiscais	15.373	3.624	589.039	552.815
Provisões para contingências	–	–	266.636	218.521
Outros passivos	(8)	(207)	(44.795)	(15.247)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**(33.173)**	**28.007**	**1.672.689**	**1.679.955**
Juros pagos	–	(2)	(13)	(34)
Juros recebidos	22.550	6.462	27.351	10.448
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	608.015	970.810	–	9.811
Impostos sobre o lucro pago	(13.331)	(5.900)	(567.861)	(674.166)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**584.061**	**999.377**	**1.132.166**	**1.026.014**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela venda	**238.262**	**–**	**266.335**	**–**
Investimentos	238.262	–	238.262	–
Imobilizado	–	–	291	–
Intangível	–	–	27.782	–
Pagamento pela compra	**–**	**–**	**(33.003)**	**(22.426)**
Imobilizado	–	–	(13.975)	(3.624)
Intangível	–	–	(19.028)	(18.802)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	**238.262**	**–**	**243.188**	**(22.426)**
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(710.208)	(999.912)	(710.208)	(999.912)
Pagamento de arrendamentos	–	(48)	(4.712)	(5.645)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(710.208)**	**(999.960)**	**(714.920)**	**(1.005.557)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**112.115**	**(583)**	**650.578**	**(1.969)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2**	**585**	**10.051**	**12.020**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**112.117**	**2**	**660.629**	**10.051**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional
A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora"). e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. A Companhia é controlada indiretamente pelo grupo francês *Caisse des Dépôts*.
A composição acionária da Companhia é formada da seguinte forma: 50,75% das ações ordinárias em nome da CNP *Assurances* (empresa situada na França); 48,25% das ações ordinárias em nome da Caixa Seguridade S.A.; e 1,00% das ações ordinárias em nome da CNP *Assurances* Latam *Holding* Ltda.
Atualmente a Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram:
i) atividade de seguros vida e não-vida;
ii) seguradora especializada em seguro saúde; e
iii) atividades correlatas ou complementares às atividades de seguros.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

a. Base de preparação
As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*
Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 (R2) e 36 (R3)/IAS 28 e IFRS 10.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade operacional.
As políticas contábeis relevantes foram divulgadas de forma consistente com os requisitos do CPC 26/ IAS 1, considerando a materialidade das informações para fins de divulgação, com o objetivo de fornecer informações úteis e específicas que permitam aos usuários compreender adequadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de Consolidação

2.1.1. Controladas
São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.
As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.
As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.
Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2025 e 2024.
Companhias com controle integral (100%), salvo quando indicado de outra forma:
a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
b. Caixa Seguradora S.A. (controle indireto) - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas.
c. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.
d. Youse Seguradora S.A. (controle indireto) - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., com objeto social de exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas (entidade não operacional).
e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde (operação em *run-off*).

f. Fundos de investimentos exclusivos:

Fundos controlados	Percentual de participação 2025	2024
MARUPÁ FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	100%	100%
BNP PARIBAS ARAUCÁRIA FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	–	100%
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA MARFIM RENDA FIXA	100%	100%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RENDA CORPORATIVA ANGICO - FII	75%	75%
BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI CASH II	100%	100%

2.1.2. Participações de acionistas não controladores
O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.
Mudanças na participação do Grupo em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.1.3. Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados.

2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos
Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicáveis, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis, seguindo as diretrizes do CPC 28.
Os efeitos desses ajustes são reconhecidos no resultado e/ou diretamente no patrimônio líquido, conforme a natureza do ajuste, sendo refletidos, quando aplicável, na coluna "Ajustes de consolidação" da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, as aplicações financeiras com liquidez imediata, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação
Em conformidade com as normas, e seguindo as diretrizes do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou um modelo de negócio específico para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Esta abordagem direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.
O Grupo segue a classificação de ativos do CPC 48/IFRS 9, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.
Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.
No contexto da classificação de ativos financeiros, a Companhia realiza o teste SPPI para garantir que os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros atendam aos requisitos necessários para sua classificação. O teste SPPI verifica se os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos são compostos exclusivamente por pagamentos do principal e de juros, sem incluir outros componentes, como participação em lucros ou variações de preço de mercado. Caso os fluxos de caixa de um ativo financeiro não atendam ao critério SPPI, o ativo deverá ser classificado como mensurado a valor justo por meio do resultado (VJR).

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do Ativo pela taxa de juros negociadas na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

2.4.2. Reconhecimento e não reconhecimento
O Grupo reconhece depósitos com instituições financeiras, empréstimos e financiamentos na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras e vendas de ativos financeiros realizadas de forma regular) são reconhecidos na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um ativo ou passivo financeiro não mensurado ao valor justo através do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.
O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou quando transferem os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não retém o controle do ativo financeiro.

2.4.3. Mensuração
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR.

2.4.4. *Impairment*
O CPC 48/ IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
Os ativos do grupo se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:
• Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecida as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

continua →★

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:51:19 -03'00'



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

O Grupo adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

O Grupo adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de perda esperada futura reconhecida.

Com relação ao *impairment* dos créditos a receber do FCVS, que corresponde a valores a serem reembolsados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, fundo público administrado pela CAIXA, e considerando a natureza pública desse fundo, a Companhia entendeu ser aplicável utilizar como parâmetro de mensuração da ECL o mesmo fator de risco aplicado no cálculo de perda esperada da sua carteira de investimento.

2.5. Propriedade de investimento

As propriedades de investimento consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia correspondem a ativos pertencentes ao portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário Exclusivo (FII) do qual a Companhia é controladora. Para fins de consolidação, essas propriedades são refletidas pelo valor contábil que detêm no FII, acrescido do respectivo valor de ajuste a mercado, quando aplicável.

De acordo com a norma contábil vigente (CPC 28 - Propriedades para Investimento), as propriedades de investimento são classificadas como ativos não correntes e são avaliadas pelo custo ou pelo valor justo, dependendo da política contábil adotada. No caso da Companhia, as propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas pelo valor de aquisição e, subsequentemente, são ajustadas ao valor justo, de modo que refletem o valor de mercado de cada propriedade no momento da consolidação.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são:

i) Móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a 50% a.a.;
ii) Equipamentos de informática- 20% a.a.;
iii) Veículos - 20% a.a;
iv) Benfeitoria de imóveis de terceiros - 20% a.a.

Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.10 e 14.1.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados que estão sujeitos à amortização, e são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Parte do imobilizado de uso da Companhia corresponde a edificações que fazem parte do portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário Exclusivo (FII), no qual a Companhia é partícipe. Esses imóveis são os andares onde está localizada a sede da empresa.

Para fins de consolidação contábil, tais ativos são reconhecidos como imobilizado de uso, pelo valor de custo atribuído no momento da aquisição pelo FII, e estão sujeitos à depreciação, conforme a política contábil da Companhia e em conformidade com o CPC 27 - Imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo histórico dos imóveis e na vida útil econômica estimada dos ativos, correspondente a 25 anos, resultando em uma taxa anual de 4%, conforme parâmetros fiscais adotados como referência pela Companhia.

2.7. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certo a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa.

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação e/ou decisão judicial.

2.8. Apuração de outros resultados

As receitas com prestação de serviços de intermediação e administração dos programas de assistência são reconhecidas no resultado mensalmente, e a quitação das faturas ocorre no mês subsequente, de acordo com contrato firmado com cliente, a partir do levantamento dos clientes ativos e elegíveis cadastrados nos programas.

As despesas decorrentes da operacionalização e gestão de contratação de prestadores de serviços do programa de assistências são apuradas também mensalmente, de acordo com a competência dos serviços.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro da Controladora foi calculada a alíquota de 9%, enquanto para as Controladas, a contribuição social foi calculada considerando com base na alíquota em vigor e aplicável para as Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.9.1. Regras globais contra a erosão da base tributária

Considerando a legislação aplicável às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (*Global Anti-Base Erosion Rules* - GloBE), ou Pilar 2 da OCDE, implementada no Brasil por meio da Lei nº 15.079/2024 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024 e Instrução Normativa RFB nº 2.282/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia realizou análises com o objetivo de avaliar o seu enquadramento e o atendimento aos requisitos estabelecidos pelas normas.

Dessa forma, com base nas informações atualmente disponíveis e conforme as metodologias de cálculo definidas pela Instruções normativas da Receita Federal Brasil, a Companhia não está, neste momento, sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2, uma vez que sua carga tributária efetiva já supera o limite mínimo global de 15% estabelecido pelas regulamentações aplicáveis.

A Companhia seguirá acompanhando o tema, com o objetivo de assegurar plena conformidade com a legislação vigente, bem como com eventuais regulamentações ou orientações futuras.

2.9.2. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132, no âmbito da Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), estabelecendo um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, com implementação gradual ao longo do período de transição.

A Companhia está enquadrada no regime geral do novo modelo de tributação sobre o consumo. Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, as alíquotas definitivas do IBS e da CBS aplicáveis ao regime geral ainda não foram publicadas.

A Companhia encontra-se em processo contínuo de monitoramento e avaliação das normas relacionadas à Reforma Tributária e espera dimensionar os possíveis impactos financeiros ao longo do exercício de 2026, à medida que os órgãos competentes emitam as regulamentações complementares e disponibilizem as informações necessárias para a realização dos cálculos.

2.10. Operações de arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.

Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados: por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia aplicou as isenções previstas no CPC 06 (R2) e não reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos com prazo remanescente inferior a 12 meses na data de aplicação inicial; e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

2.11. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, não adotadas ou ainda não vigentes pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis:

Em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, correspondente ao CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (CPC 26). A norma estabelece requisitos revisados para a apresentação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, maior padronização na classificação de receitas e despesas, e aprimoramentos nos requisitos de divulgação.

O IFRS 18/CPC 51 é aplicável para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, observada a necessidade de aprovação e referendo pelos órgãos reguladores competentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram elaboradas de acordo com esta norma.

A Administração avaliou preliminarmente os potenciais impactos decorrentes da adoção do IFRS 18/CPC 51 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, considerando que a Companhia atua no setor de seguros e é regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com base nessa avaliação, não são esperados impactos relevantes nos critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, uma vez que a norma trata essencialmente de aspectos de apresentação e divulgação. Eventuais impactos estarão limitados à forma de apresentação da demonstração do resultado e às divulgações adicionais requeridas, sujeitos à regulamentação específica aplicável ao setor.

A Companhia continuará acompanhando a evolução das orientações emitidas pelo IASB, pelo CPC e pela SUSEP, avaliando oportunamente os efeitos da adoção do IFRS 18/CPC 51, quando de sua incorporação ao arcabouço regulatório aplicável.

2.12. Contratos de seguros e resseguros

O Grupo aplicou, inicialmente, o CPC 50/IFRS 17, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Essas normas trouxeram alterações significativas na contabilização de contratos de seguros e resseguros.

O Grupo tem aplicado as políticas contábeis descritas nessa Nota Explicativa a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.12.1. Reconhecimento, mensuração e apresentação de contratos de seguros e resseguros

A IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e resseguro. Ela introduz um modelo de mensuração de grupos de contratos com base nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera surgirem à medida que o Grupo cumprir os contratos, e um ajuste explícito de risco para o risco não financeiro.

De acordo com a IFRS 17, a receita de seguros em cada período de apresentação representa as mudanças nos passivos de cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação e uma alocação de prêmios que se referem à recuperação de fluxos de caixa de aquisição de seguros.

Além disso, os componentes de investimento, se houver, não são mais incluídos nas despesas de receita de seguros e serviços de seguros. As receitas e despesas financeiras de seguros, desagregadas entre o resultado e ORA são apresentadas separadamente das despesas de receita de seguros e serviços de seguro.

2.12.2. Separação dos componentes dos contratos de seguro

No início, o Grupo separa os seguintes componentes de um contrato de seguro ou de resseguro e realiza a contabilização deles como se fossem instrumentos financeiros autônomos:

a. Derivativos embutidos no contrato, cujas características econômicas e riscos não estão estreitamente relacionadas com aqueles do contrato principal e cujos termos não atenderiam à definição de contrato de seguro ou resseguro como instrumento autônomo. No caso até o momento o Grupo não possui nenhum contrato com essas características.

b. Componentes de investimento claramente diferentes: isto é, componentes de investimento que não são altamente interrelacionados com os componentes de seguro e para os quais os contratos com condições equivalentes são vendidos, ou poderiam ser vendidos, separadamente no mesmo mercado ou na mesma jurisdição. No caso até o momento o Grupo não possui nenhum contrato com essas características.

Após a separação de quaisquer componentes do instrumento financeiro, o Grupo separa quaisquer promessas de transferir aos segurados produtos ou serviços claramente diferentes além da cobertura de seguros e serviços de investimento e realiza a sua contabilização como contratos separados com clientes (isto é, não como contratos de seguro).

Um produto ou serviço é claramente diferente caso o segurado possa beneficiar-se dele, seja pelo produto ou serviço em si ou através de outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao segurado.

Um produto ou serviço não é claramente diferente e é contabilizado juntamente com o componente de seguro caso os fluxos de caixa e os riscos associados ao produto ou ao serviço sejam altamente inter-relacionados com os fluxos de caixa e os riscos associados ao componente de seguro, e o Grupo preste um serviço significativo de integração do produto ou do serviço com o componente de seguro.

A Companhia fez um mapeamento dos serviços dentro de contratos de seguro e em um primeiro passo separou os serviços que não são diferentes segundo a norma e os restantes são irrelevantes desde um ponto de vista de materialidade.

2.12.3. Agregação e reconhecimento de contratos de seguros

a. Contratos de Seguros

Os contratos de seguro são agregados em grupos para fins de mensuração. Os grupos de contratos de seguro são determinados por meio da identificação de carteiras de contratos de seguro, cada um compreendendo contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto, dividindo cada carteira em cortes anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual em até três grupos baseados na rentabilidade dos contratos:

• Quaisquer contratos onerosos no reconhecimento inicial;
• Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de tornarem-se onerosos posteriormente;
• Todos os contratos remanescentes de corte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo Grupo é reconhecido desde:

• O início de seu período de cobertura (isto é, o período durante o qual o Grupo presta serviços com relação a quaisquer prêmios na fronteira do contrato);
• Quando o primeiro pagamento do segurado vencer ou, caso não haja data contratual de vencimento, quando for recebido do segurado;
• Quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Um contrato de seguro adquirido em uma transferência de contratos ou em uma combinação de negócios é reconhecido na data da aquisição.

Quando o contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo existente de contratos ou, caso o contrato não se qualifique para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros serão adicionados.

Grupos de contratos são estabelecidos no reconhecimento inicial e, uma vez que todos os contratos tenham sido adicionados ao grupo, a sua composição não é revisada.

Após análise dos produtos da Companhia conforme direcionamentos da norma, mencionados acima, foram estabelecidos os seguintes portfolios:

• *Auto Caixa*
• *Riscos Diversos*
• *Riscos de Engenharia*
• *Hipotecário MIP*
• *Hipotecário DFI*
• *Crédito e Garantia*
• *Auto Youse*
• *Residencial Youse*
• *Vida Youse*
• *Saúde*

b. Contratos de Resseguro

De forma similar ao que ocorre com os contratos de seguros, os contratos de resseguro são considerados de forma agrupada. Alguns contratos de resseguro oferecem cobertura para contratos subjacentes que são incluídos em agrupamentos diferentes. No entanto, o Grupo conclui que a forma legal de um único contrato de resseguro reflete a essência dos direitos e obrigações contratuais do Grupo, considerando que as diferentes coberturas expiram em conjunto e não são vendidas separadamente.

Em função disso, o contrato de resseguro não é separado em múltiplos componentes de seguro que se referem a diferentes grupos subjacentes.

Um agrupamento de contratos de resseguro é reconhecido na data seguinte:

• Contratos de resseguro iniciados pelo Grupo, que oferecem cobertura proporcional: a data em que qualquer contrato de seguro subjacente é reconhecido inicialmente;
• Outros contratos de resseguro iniciados pelo Grupo: o início do período de cobertura do agrupamento de contratos de resseguro;
• Contratos de resseguro adquiridos: a data de aquisição.

2.12.4. Fluxos de caixa para aquisição de seguros

Os fluxos de caixa para aquisição de seguros são alocados a grupos de contratos de seguro por meio de método sistemático e racional, e eles consideram, de forma imparcial, todas as informações razoáveis e passíveis de suporte que estejam disponíveis sem custo ou esforço indevido.

Caso os fluxos de caixa da aquisição para a aquisição de seguros sejam diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não restituíveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados àquele grupo.

Caso os fluxos de caixa para aquisição de seguros sejam diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, os fluxos de caixa são alocados a grupos da carteira por meio de método sistemático e racional.

2.12.5. Limites Contratuais

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites contratuais de cada contrato no grupo, determinada como segue:

a. Contratos de seguros

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que o Grupo pode obrigar o detentor da apólice a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços).

Uma obrigação substantiva de prestar serviços termina quando:

• O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado em particular e pode estabelecer um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados.
• O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos da carteira que contém o contrato e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira. A precificação dos prêmios até a data de reavaliação não leva em consideração riscos que se referem a períodos após a data de reavaliação.

A reavaliação de riscos considera somente os riscos transferidos dos segurados para o Grupo.

b. Contratos de resseguros

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período do balanço em que o Grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem o direito substantivo de receber serviços do ressegurador.

Um direito substantivo de recebimento de serviços do ressegurador termina quando o ressegurador:

• Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos a ele e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados;
• Tem direito substantivo de encerrar a cobertura;

O limite do contrato é reavaliado em cada data do balanço para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e as obrigações substantivos do Grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

2.12.6. Mensuração - Contratos mensurados na BBA *(Building Block Approach)*

a. Contratos de seguro - Mensuração Inicial

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguro como o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e o ajuste ao risco para o risco não financeiro; e (b) a CSM (Margem de serviço contratual). Os fluxos de caixa do cumprimento contratual de um grupo de contratos de seguro não refletem o risco de não desempenho do Grupo.

Os fluxos de caixa futuros para um grupo de contratos de seguro são projetados em um modelo determinístico a partir dos contratos em vigor na data-base e as principais premissas de projeção foram:

• Sinistralidade: foram utilizadas tábuas de mortalidade, invalidez, frequência e severidade de sinistro e rateio de sinistralidade dependendo o produto;
• Comissionamento: níveis de comissionamento definidos por produto;
• Taxa de cancelamento;
• Despesas relacionadas aos contratos de seguros: outras despesas de comercialização, despesas operacionais e administrativas atribuíveis aos contratos e tributos;
• Leis de desenvolvimento de sinistros.

Essas premissas são calculadas a partir do histórico da Companhia e são atualizadas e acompanhadas periodicamente assim como também são analisadas as diferenças entre a projeção e os valores observados/reais.

Para refletir o valor do dinheiro no tempo a Companhia estabelece uma curva de juros, a norma indica duas metodologias possíveis, *Bottom-Up e Top-Down*. A Companhia utiliza a metodologia *Bottom-up,* partindo de uma curva livre de risco e adicionando um prêmio de risco que captura as características de *duration* e liquidez dos passivos.

O ajuste de risco para um grupo de contratos de seguro, determinado separadamente das outras estimativas, é a compensação necessária para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro. A norma não estabelece uma metodologia específica, só umas diretrizes mínimas. A Companhia optou por utilizar uma metodologia de aplicação de choques técnicos no fluxo de caixa do cumprimento contratual que são correlacionados para chegar no valor final do ajuste de risco. O nível de confiança utilizado para os choques é 80% e os riscos técnicos considerados são taxas de mortalidade, longevidade, invalidez, cancelamento, despesas relacionadas aos contratos de seguro, catástrofe, sinistros não vida e risco de sinistros já incorridos.

A CSM *(Contractual Service Margin)* de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ele preste serviços de acordo com esses contratos. No reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro, caso o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, (b) de quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data, e (c) o valor do ajuste de risco para risco não financeiro, ser uma entrada líquida, então o grupo não é oneroso. Nesse caso, a CSM é mensurada como o valor igual e oposto à entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas resultantes do reconhecimento inicial.

Se o total for uma saída líquida, o grupo é oneroso. Nesse caso, a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado, ou como um ajuste no ágio ou no ganho em uma compra negociada caso os contratos sejam adquiridos em uma combinação de negócios. Um componente de perda é criado para descrever o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores que serão posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e serão excluídos da receita de seguros.

Todos os portfolios de contratos de seguros foram classificados no modelo BBA.

b. Contratos de seguro - Mensuração subsequente

O valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros, (b) o ajuste de risco para risco não financeiro para períodos futuros e (c) qualquer CSM remanescente nessa data.

O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros incorridos, mas ainda não avisados, mais um ajuste de risco para risco não financeiro referente a eventos já ocorridos. Para calcular esse passivo a Companhia calcula o fluxo de caixa de pagamento desses sinistros utilizando leis de ocorrência-aviso e aviso-pagamento calculadas a partir do histórico de cada portfólio.

Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue.

• Alterações relacionadas aos serviços futuros: Ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de seguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso);
• Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: Reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado;
• Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nesses nos fluxos de caixa futuros estimados: Reconhecidas como receitas ou despesas financeiras de seguros. Podendo ser em resultado ou ORA no caso de mudança na taxa de juros.

A CSM de cada grupo de contratos é calculada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, como segue.

(i) Contratos de seguro sem características de participação direta

O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

• CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;
• Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício, mensurados às taxas de desconto em fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes determinados no reconhecimento inicial;

Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:

• Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda;
• Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado;
• O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:

• Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos no exercício, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa, mensurados às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial;
• Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente, mensuradas às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, exceto aquelas que surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças;
• Mudanças no ajuste ao risco para o risco não financeiro que se relacionem a serviços futuros.

(ii) Contratos de seguro com características de participação direta

O grupo não possui esse tipo de contratos.

c. Contratos de resseguros

Atualmente o Grupo não possui nenhum contrato de resseguro mensurado como BBA.

2.12.7. Mensuração - Contratos mensurados na PAA (*Premium Allocation Approach*)

O Grupo aplica a PAA *(Premium Allocation Approach)* para simplificar a mensuração de contratos no resseguro por se tratar de contratos de 12 meses de duração. Na mensuração dos passivos para cobertura remanescente, a PAA é semelhante ao tratamento contábil anterior do Grupo.

a. Contratos de resseguros

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo por cobertura remanescente é mensurado pelos prêmios recebidos na data de reconhecimento do contrato (início de vigência), deduzidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros alocados ao grupo naquela data. Posteriormente, o valor contábil da obrigação para a cobertura remanescente é acrescido por quaisquer prêmios recebidos e pela amortização dos fluxos de caixa da aquisição de seguros reconhecidos como despesas e deduzido pelo valor reconhecido como receita de seguro para serviços prestados e quaisquer fluxos de caixa adicionais de aquisição de seguros alocados após o reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial de cada agrupamento de contratos, o Grupo espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data do vencimento do prêmio correspondente não seja superior a um ano. Dessa forma, o Grupo optou por não ajustar o passivo de cobertura remanescente para refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro.

Para que contratos de seguros possam ser classificados como PAA é necessário que não sejam onerosos, mas no caso do resseguro esse requisito não é necessário já que sempre é esperado ter mais saídas do que entradas pela contratação de resseguro.

O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros incorridos. Os fluxos de caixa futuros são descontados (a taxas atuais), a menos que se espere que sejam pagos em um ano ou menos a partir da data em que os sinistros sejam incorridos.

2.12.8. Desreconhecimento e modificação de contrato

O Grupo desreconhece um contrato quando ele é extinto — isto é, quando as obrigações especificadas no contrato expiram ou são retiradas ou canceladas.

O Grupo também desreconhece um contrato se suas condições forem modificadas de uma forma que teria mudado a contabilização do contrato significativamente se as novas condições tivessem sempre existido, nesse caso um novo contrato baseado nos termos modificados é reconhecido. Se uma modificação de contrato não resultar em desreconhecimento, o Grupo tratará as mudanças nos fluxos de caixa, causadas pela modificação, como mudança nas estimativas dos fluxos de caixa de cumprimento contratual.

No desreconhecimento de um contrato de dentro de um grupo de contratos não mensurados de acordo com a PAA:

a. Os fluxos de caixa de cumprimento contratual alocados ao Grupo são ajustados para eliminar aqueles relacionados aos direitos e às obrigações desreconhecidos;

b. A CSM do Grupo é ajustada pela mudança nos fluxos de caixa de cumprimento contratual, exceto quando tais mudanças são alocadas a um componente de perda;

c. A quantidade de unidades de cobertura para os serviços remanescentes esperados é ajustada para refletir as unidades de cobertura desreconhecidas do Grupo.

Caso um contrato seja desreconhecido porque é transferido a um terceiro, então o CSM também é ajustado pelo prêmio cobrado pelo terceiro, a menos que o grupo seja oneroso. Se um contrato for desreconhecido porque seus termos são modificados, então a CSM também é ajustada pela variação que essa mudança gerou nos fluxos de caixa de cumprimento.

2.12.9. Estimativa da Taxa de Desconto

Para a mensuração das obrigações contratuais de seguro, a Companhia utiliza taxas de desconto que refletem as características de liquidez, prazo e moeda dos fluxos de caixa projetados. Em conformidade com a norma, a taxa de desconto é determinada por meio da abordagem *bottom-up*.

a) Metodologia de Composição (Abordagem *Bottom-up*)

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa que não variam conforme o rendimento de ativos subjacentes é calculada pela soma de dois componentes principais:

Taxa de desconto = Taxa livre de risco + Prêmio de Iliquidez

b) Taxa Livre de Risco (*Risk-Free Rate* - RFR)

A estrutura a termo de taxas de juros livre de risco é estimada seguindo a metodologia da EIOPA (*European Insurance and Occupational Pensions Authority*). Esta metodologia utiliza taxas de mercado observáveis para prazos líquidos e estabelece um ponto de convergência (*UFR - Ultimate Forward Rate*) para prazos longos onde o mercado não possui profundidade suficiente.

As taxas são ajustadas para refletir a realidade econômica da moeda local, garantindo que o valor temporal do dinheiro seja capturado sem a influência de riscos de crédito ou outros fatores não relacionados ao contrato de seguro.

c) Prêmio de Iliquidez (*Illiquidity Premium*)

O prêmio de iliquidez é adicionado à taxa livre de risco para refletir o fato de que os fluxos de caixa dos passivos de seguros geralmente não possuem liquidez imediata, assemelhando-se a ativos financeiros mantidos até o vencimento.

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:52:21 -03'00'



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

A estimativa baseia-se no conceito de Ajuste de Volatilidade (VA), também fundamentado nas diretrizes da EIOPA. O ajuste é calculado a partir dos retornos e da duração da carteira de títulos públicos que compõem os ativos garantidores das provisões técnicas da Companhia.
O cálculo isola o prêmio de risco de crédito, extraindo apenas o componente de rentabilidade excedente relacionado à iliquidez dos títulos. Isso garante a consistência entre a avaliação dos ativos e a mensuração das obrigações passivas no balanço patrimonial.

2.12.10. Apresentação

As carteiras de contratos de seguro que são ativos e aquelas que são passivos, e carteiras de contratos de resseguro que são ativos e aquelas que são passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial.
O Grupo desagrega valores reconhecidos na demonstração do resultado e nos ORA em (a) resultado de um serviço de seguro, compreendendo as receitas de seguros e as despesas de serviços de seguro; e (b) receitas ou despesas financeiras de seguros.
As receitas e despesas das operações de resseguros são apresentadas separadamente das receitas e despesas dos contratos de seguro. As receitas e despesas dos contratos de resseguros que não sejam receitas ou despesas financeiras de seguro são apresentadas em uma base líquida como "despesas líquidas dos contratos de resseguro" no resultado do serviço de seguro.
O Grupo não desagrega variações no ajuste de risco para risco não financeiro entre o resultado do serviço de seguro e as receitas ou despesas financeiras de seguros. Todas as alterações no ajuste de risco para risco não financeiro são incluídas no resultado da prestação de serviços de seguro.
As despesas com receita de seguro e serviços de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

a. Receita de seguros - Contratos mensurados de acordo com o BBA

O Grupo reconhece a receita de seguros pela satisfação de suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguro. Para contratos não mensurados pela PAA, a receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens:
• Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas (veja 'Liberação da CSM', no item "b" a seguir);
• Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais;
• A expectativa de despesas com sinistros e outras despesas com a prestação de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de seguro e serviços de seguro naquela data;
• Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio e custos de aquisição para serviços atuais ou passados para os grupos de contratos com pagamento de prêmio mensal.
Além disso, o Grupo aloca uma parcela de prêmios que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na curva de reconhecimento da receita.
O Grupo reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de seguro.

b. Liberação da CSM

O valor da CSM de um grupo de contratos de seguro, que é reconhecido como receita de seguro em cada exercício, é determinado pela identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a CSM remanescente no final do exercício (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura fornecida no ano e que deverá ser fornecida em exercícios futuros, e o reconhecimento no resultado do período o valor da CSM alocado às unidades de cobertura fornecidas no exercício.
A quantidade de unidades de cobertura representa a quantidade de serviços prestados pelos contratos do grupo, apurado considerando para cada contrato a quantidade de benefícios prestados e o período de cobertura previsto.
As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.
Os serviços prestados aos contratos de seguro incluem a cobertura de seguros.
O período esperado de cobertura reflete as expectativas de descasamentos e de cancelamentos de contratos, assim como a probabilidade de os eventos segurados ocorrerem na extensão em que afetariam o período esperado de cobertura.
A variável escolhida como unidade de cobertura deve refletir a exposição a risco que teve a Companhia durante o período. Pelo tipo de produtos que há dentro da Companhia as duas variáveis utilizadas são, dependendo o portfólio, o somatório dos capitais sob risco e a quantidade de contratos vigentes.

c. Receita de seguros - Contratos mensurados de acordo com a PAA

Para os contratos mensurados de acordo com a PAA, a receita de seguros de cada período representa o montante dos recebimentos de prêmios esperados para a prestação dos serviços no período. O Grupo aloca os recebimentos de prêmios esperados a cada período com base na passagem do tempo. Atualmente apenas os contratos de resseguro do grupo estão mensurados sob essa abordagem.

d. Componentes de perda

Para contratos mensurados de acordo com o BBA, o Grupo estabelece um componente de perda do passivo de cobertura remanescente para grupos onerosos de contratos de seguro. O componente de perda determina os valores dos fluxos de caixa do cumprimento contratual que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita do seguro quando ocorrem. Quando os fluxos de caixa do cumprimento contratual são incorridos, eles são alocados entre o componente de perda e o passivo por cobertura remanescente excluindo sistematicamente o componente de perda.
A base sistemática é determinada pela proporção do componente de perda relativamente à estimativa total do valor presente das saídas futuras de caixa mais o ajuste ao risco para os riscos não financeiros no início de cada exercício (ou no reconhecimento inicial caso um grupo de contratos seja reconhecido inicialmente no ano).
Variações nos fluxos de caixa do cumprimento contratual relativas a serviços futuros são alocadas somente para o componente de perda. Caso o componente de perda seja reduzido a zero, então qualquer excesso sobre o valor alocado ao componente de perda cria uma CSM para o grupo de contratos.

e. Despesas com prestação de serviços de seguros

Despesas de prestação de serviços de seguro resultantes de contratos de seguro são reconhecidas no resultado de forma geral à medida que são incorridas. Elas excluem os pagamentos de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:
• Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro;
• Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros: Para contratos não mensurados de acordo com a PAA, isso é igual ao valor da receita de seguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros. Para contratos mensurados de acordo com a PAA, o Grupo amortiza os fluxos de caixa para aquisição de seguros de forma linear ao longo do período de cobertura do grupo de contratos;
• Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos;
• Ajustes dos passivos para sinistros incorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

f. Despesas líquidas com contratos de resseguros

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro.
Para os contratos mensurados de acordo com a PAA, a alocação dos prêmios de resseguros pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços no período.

g. Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro. O Grupo optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre o resultado e outros resultados abrangentes (ORA). O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática do total esperado de receitas ou despesas financeiras de seguros ao longo da duração do grupo de contratos. A alocação sistemática é determinada utilizando as taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos (taxa *locked-in*). Os valores apresentados em ORA são acumulados na reserva financeira de seguros e surgem dos efeitos no valor presente do fluxo de caixa de cumprimento da mudança das taxas de juros.

2.12.11. Transição

Em 1º de janeiro de 2022, o Grupo aplicou as seguintes abordagens para identificar e mensurar certos grupos de contratos nos segmentos de vida e não-vida, na transição para a IFRS 17.

Segmento	Portfolio	Safras	Abordagem de Transição
Não-vida	Auto Caixa	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Riscos Diversos	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Riscos de Engenharia	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Hipotecario MIP	Até 2009	FVA
Não-vida	Hipotecario MIP	De 2010 a 2021	MRA
Não-vida	Hipotecario DFI	Até 2009	FVA
Não-vida	Hipotecario DFI	De 2010 a 2021	MRA
Não-vida	Crédito e Garantia	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Auto Youse	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Residencial Youse	Todas até 2021	FVA
Vida	Vida Youse	Todas até 2021	FVA

O Grupo não aplicou para nenhum portfolio a abordagem retrospectiva completa dado a impraticabilidade do método.

a. Contratos de seguro - Abordagem retrospectiva modificada (MRA)

O objetivo da abordagem retrospectiva modificada era alcançar o resultado mais próximo possível da aplicação retrospectiva completa utilizando informações razoáveis, e com comprovação disponível, sem custo ou esforço indevido.
O Grupo aplicou a isenção para utilização de safras anuais e separou as informações históricas das vendas de hipotecário entre 2010 e 2021 a partir de registros conciliados com valores efetivamente contabilizados na época.
O ajuste de risco para o risco não financeiro, no reconhecimento inicial, foi determinado ajustando o valor em 1º de janeiro de 2022 em relação a um driver que foi o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento sem considerar entradas de caixa calculado em cada data base até chegar a 2010, esse driver se mostra razoável para medir a exposição a risco e o nível de incerteza que há nos fluxos.
O fluxo de caixa de cumprimento sem entradas de caixa entre a data de reconhecimento inicial e 1º de janeiro de 2022 foi calculada complementando a informação de projeção a partir de 2022 e informações reais entre 2010 e 2021.
O valor da CSM reconhecida no resultado antes de 1º de janeiro de 2022 foi determinado considerando as unidades de cobertura reais entre o reconhecimento inicial e 1º de janeiro de 2022 e as unidades de cobertura esperadas futuras.

b. Contratos de seguros- Abordagem do valor justo (FVA)

De acordo com a abordagem do valor justo, a CSM (ou componente de perda) em 1º de janeiro de 2022 era determinada como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos naquela data e os fluxos de caixa de cumprimento contratual naquela data.
Para todos os contratos mensurados sob a abordagem de valor justo, o Grupo utilizou informações razoáveis, e com comprovação, disponíveis em 1º de janeiro de 2022. O Grupo aplicou a isenção para utilização de safras anuais.
O Grupo aplicou IFRS 13 para avaliar o valor justo dos passivos, se valendo de um cálculo já feito para um dos acionistas que é o *Best Estimate* da norma *Solvency II*.
As premissas de cálculo do *Fair Value* são as mesmas que para os fluxos de caixa de cumprimento do IFRS 17, exceto por: (i) curva de juros, para o qual foi utilizada uma curva compatível com IFRS 13, (ii) alocação da totalidade de despesas, sendo que nos fluxos de caixa de cumprimento se colocam unicamente as despesas atribuíveis, e (iii) diferenças de metodologia entre a *Risk Margin* e o ajuste de risco para capturar a incerteza dos fluxos.

c. Fluxos de caixa para aquisição de seguros - Abordagem retrospectiva modificada

Os ajustes na CSM de grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 e os ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros para grupos futuros esperados foram determinados como zero.

d. Fluxo de caixa para aquisição de seguros - Abordagem do valor justo

Os ajustes na CSM de grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 e os ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros para grupos futuros esperados foram determinados como zero.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
• Notas 2.4 e 6 - Ativos Financeiros (instrumentos financeiros);
• Nota 2.11 e 15 - Contratos de seguros e resseguros;
• Nota 7 - Títulos e créditos a receber;
• Nota 9 - Ativos fiscais e passivos diferidos; e
• Nota 18 - Provisões para processos judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15 de setembro de 2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos e Controles Internos da Companhia CNP Seguros Holding Brasil foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.
As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:
• Definir a visão estratégica do Risk Appetite;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios/filiais e áreas centralizadas;
• Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
• Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
• Elaborar, o dashboard (painel de riscos), destinado à alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo.
No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.
A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:
(i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna;
(ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.
O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos vida e não-vida para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades da Companhia são:
a. Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.
b. Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.
c. Risco climático - Perdas não esperadas decorrentes de eventos climáticos de grande escala como por exemplo alagamentos, chuvas, vendavais etc.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.
A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de subscrição da Companhia abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras de seguros, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella*, que provê cobertura para eventos de grande porte para Vida e Não-Vida de forma conjunta ou isolada. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro do Grupo.
Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o Grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do Grupo, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco técnico e de imagem. Como prática de subscrição, o Grupo não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.
O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

Contrato	Carteiras	Ressegurador	Participação ressegurador	Exposição do ressegurador	*Rating (i)*	Condição
PATED2324CAT0001	Habitacional/ DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	10.650.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	7.100.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	14.200.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	39.050.000	A+	LOCAL
PATED2324RIS0001	Habitacional/ DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	2.700.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	1.800.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	3.600.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	9.900.000	A+	LOCAL
PATED2324RIS0002	Habitacional/ DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	12.750.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	8.500.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	17.000.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	46.750.000	A+	LOCAL
UMBED2324CAT0001	Habitacional, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto, Vida Individual	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	15.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	18.750.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	41.250.000	A+	LOCAL
VIDED2324CAT0001/2	Habitacional/ MIP, Vida Individual	Hannover Rück SE	25%	18.062.500	A+	ADMITIDO
		Austral Resseguradora do Brasil S/A	10%	7.225.000	A-	LOCAL
		IRB Brasil Resseguros S/A	15%	10.837.500	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	50%	36.125.000	A	LOCAL
PATCP2324CEF0001	MR Empresarial para o patrimônio Caixa Econômica Federal	IRB Brasil Resseguros S/A	50%	100.000.000	A-	LOCAL
		Chubb Resseguradora Brasil S/A	20%	39.000.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	10%	20.000.000	A	LOCAL
		Swiss Re Brasil Resseguros S/A	20%	40.000.000	A+	LOCAL

(i) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou resseguradores locais de origem estrangeira).

4.1.5. Resseguro em Sinistros Catastróficos

O levantamento para acionamento do resseguro de catástrofe considera blocos de perdas acumuladas de até 168 horas consecutivas, condicionado à identificação do evento gerador. Nos últimos tempos, a frequência de eventos climáticos extremos tem apresentado uma tendência de aumento, com eventos de grande magnitude que impactam o negócio. O território brasileiro é particularmente sujeito a eventos envolvendo grandes volumes d'água. Nesse sentido, as tempestades são a categoria de evento mais importante, porém alguns outros tipos de eventos decorrem ou do extravasamento dos cursos d'água (inundações ou enxurradas) ou de acúmulos de água (alagamentos), podendo levar a consequências como deslizamentos de terra, entre outros.
A Companhia monitora a ocorrência de grandes eventos via captura de informações veiculadas por órgãos oficiais, particularmente o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), e checagens de volumes de sinistros ocorridos, conforme registro nas bases de dados internas, sempre que alguma suspeita de ocorrência de catástrofe tenha sido levantada.
Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi grandemente afetado por fortes chuvas durante um período que se alongou por mais de um mês, e os altos volumes de precipitação deixaram cidades gaúchas debaixo d'água, que levaram a mortes e a um montante elevado de prejuízos materiais. A tragédia atingiu as carteiras patrimoniais da Companhia, tendo gerado uma alta carga de sinistros - 7.824 no período total, com cerca de 7.346 cobertos por contratos de resseguro, enfaticamente no ramo habitacional, representando, em valores aproximados, uma perda de seguros de R$ 228.510 e cobertura de resseguro de R$ 205.613. Tais montantes justificam as variações observadas na Demonstração de Resultado com resseguro quando comparado aos números de 2025.

4.1.6. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM. A abertura dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos financeiros foram demonstrados na Nota Explicativa 4.3.

4.1.7. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, em visão bruto e líquidos de resseguro, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	31/12/2025				31/12/2024			
	CSM		Resultado		CSM		Resultado	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Risco de vida								
Taxas de mortalidade (aumento de 1%)	(19.392)	(19.392)	(5.320)	(5.320)	(18.645)	(18.645)	(4.855)	(4.855)
Taxas de mortalidade (redução de 1%)	19.392	19.392	5.320	5.320	18.645	18.645	4.855	4.855
Taxas de morbidade (aumento de 1%)	(5.459)	(5.459)	(1.491)	(1.491)	(5.689)	(5.689)	(1.475)	(1.475)
Taxas de morbidade (redução de 1%)	5.459	5.459	1.491	1.491	5.689	5.689	1.475	1.475
Despesas (aumento de 5%)b	(12.793)	(12.793)	(3.753)	(3.753)	(13.624)	(13.624)	(3.814)	(3.814)
Despesas (redução de 5%)b	12.793	12.793	3.753	3.753	13.624	13.624	3.814	3.814
Taxas de cancelamento (aumento de 5%)b - sensibilidade cancelamento	(45.400)	(45.400)	12.481	12.481	(53.101)	(53.101)	(13.906)	(13.906)
Taxas de cancelamento (decréscimo de 5%)b - sensibilidade cancelamento	45.400	45.400	12.481	12.481	53.101	53.101	13.906	13.906
Não vida								
Sinistros definitivos (aumento de 5%)	(14.796)	(14.796)	(9.136)	(9.136)	(12.379)	(12.379)	(8.661)	(8.661)
Sinistros definitivos (redução de 5%)	14.796	14.796	9.136	9.136	12.379	12.379	8.661	8.661

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a títulos e créditos a receber; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.
O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's* ou *Moody's*, e atualmente o Grupo privilegia a avaliação produzida pela *Moody's*, para valores que não sejam relacionados ao resseguro.
O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que atendem os critérios definidos na Política de Resseguro do Grupo, dos quais a classificação de crédito é um dos quesitos. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos, conforme ilustrado no quadro do item 4.1.3. com as exposições e ratings com as resseguradoras. Para as Resseguradora o Grupo privilegia a avaliação produzida pela *AM Best*.
A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em ativos financeiros (Os *ratings* não são auditados).

	31/12/2025			31/12/2024		
	Controladora			Controladora		
Composição dos ativos	Ba1	Sem rating	Total	Ba2	Sem rating	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**230.244**	**230.244**	**–**	**299.012**	**299.012**
Fundos de investimentos	–	230.244	230.244	–	299.012	299.012
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**208.603**	**–**	**208.603**	**88.265**	**–**	**88.265**
Letras do tesouro nacional	108.046	–	108.046	88.265	–	88.265
Notas do tesouro nacional	100.577	–	100.577	–	–	–
Exposição máxima ao risco de crédito	**208.603**	**230.244**	**438.847**	**88.265**	**299.012**	**387.277**

	31/12/2025											
	Consolidado											
Composição dos ativos	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B3	Sem rating	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.080**	**–**	**–**	**–**	**2.097.931**	**2.104.011**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.097.948	2.097.948
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	6.080	–	–	–	–	6.080
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(17)	(17)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.669.515**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.669.515**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	–	399.150	–	–	–	–	399.150
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	1.355.494	–	–	–	–	1.355.494
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	914.871	–	–	–	–	914.871
Ao custo amortizado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.205.929**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.205.929**
Créditos a receber FCVS	–	–	–	–	–	–	1.205.929	–	–	–	–	1.205.979
Exposição máxima	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.881.524**	**–**	**–**	**–**	**2.097.931**	**5.979.455**

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:53:15 -03'00'



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

	31/12/2024											
	Consolidado											
Composição dos ativos	**Aaa**	**Aa1**	**Aa2**	**Aa3**	**A2**	**Baa3**	**Ba1**	**Ba2**	**Ba3**	**B3**	**Sem rating**	**Total**
Ao valor justo por meio do resultado	**3.909**	**4.423**	**776**	**621**	**1.034**	**2.981**	**3.055**	**9.565**	**2.692**	**161**	**989.977**	**1.019.194**
Ações	3.909	4.423	776	621	1.034	2.981	3.055	4.347	2.692	161	25.604	49.603
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	963.649	963.649
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	–	5.218	–	–	–	5.218
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	724	724
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.636.582**	**–**	**–**	**–**	**3.636.582**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	2.325.617	–	–	–	2.325.617
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	1.310.965	–	–	–	1.310.965
Ao custo amortizado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.199.381**	**–**	**–**	**–**	**1.199.381**
Créditos a receber FCVS	–	–	–	–	–	–	–	1.199.381	–	–	–	1.199.381
Exposição máxima	**3.909**	**4.423**	**776**	**621**	**1.034**	**2.981**	**3.055**	**4.845.528**	**2.692**	**161**	**989.977**	**5.855.157**

O risco de crédito relacionado aos contratos de seguro está contido na premissa de cancelamento que impactam o fluxo de caixa de cumprimento contratual. Para o resseguro o risco de não recuperar um sinistro já está mensurado no fluxo de caixa de cumprimento contratual para sinistros já incorridos.

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os
diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

Na avaliação deste risco, o principal objetivo é minimizar a probabilidade de descasamento entre passivos e ativos, garantindo que os fluxos dos ativos superem os dos passivos em diferentes momentos no tempo, o que é observado na tabela a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Fluxo de Ativos	**Fluxos de Passivos**	**Fluxo de Ativos**	**Fluxos de Passivos**
Até 1 ano	610.729	267.629	864.700	342.606
Mais de 1 ano	2.061.643	1.050.411	2.525.539	1.228.202
Mais de 5 anos	2.975.793	330.673	818.730	17.165
Total	**5.468.165**	**1.648.713**	**4.208.969**	**1.583.973**

(i) Os fluxos ativos incluem títulos públicos federais pré e pós-fixados, além de fundos de investimento considerados disponíveis, também se considera os recebimentos de cupons dos ativos que conferem esse direito.

(ii) Os fluxos passivos são compostos por provisões judiciais que estão dentro do BE LIC que representam aproximadamente 65% do total, outros passivos significativos incluem a fluxos para sinistros ocorridos, mas não reportados, fluxos para sinistros a liquidar (também BE LIC) e a fluxos para cobertura remanescente (BE LRC).

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos. O rating da carteira de ações está sendo divulgado na nota 4.2 Risco de crédito.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 48, e os limites definidos pela Administração.

Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

O rating das ações está aberto na nota 4.2. Risco de Crédito.

c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:

- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (VaR) das carteiras gerenciais;
- Informar aos Gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (VaR);
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:

- Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
- Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM - *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Gestão do risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

5. Disponível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos	13	2	7.236	10.051
Equivalente de caixa *(i)*	112.104	–	653.393	–
Total	**112.117**	**2**	**660.629**	**10.051**

(i) Refere-se, em sua maioria, a valores de fundo de investimento destinado para fins de caixa.

6. Instrumentos financeiros

6.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a hierarquia de valor justo, que reflete a relevância dos dados utilizados na mensuração, conforme descrito a seguir:

- Nível 1: instrumentos financeiros com preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Companhia tem acesso na data de mensuração.
- Nível 2: instrumentos financeiros cujos valores são determinados com base em dados observáveis no mercado, direta ou indiretamente, que não se enquadram no Nível 1, incluindo preços de ativos ou passivos similares, curvas de juros, spreads e outros inputs de mercado.
- Nível 3: instrumentos financeiros mensurados com base em técnicas de avaliação que utilizam dados não observáveis de mercado, para os quais há maior grau de julgamento por parte da Administração.

									Controladora			
									31/12/2025		31/12/2024	
	Hierarquia do Valor Justo	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 5 anos**	**Sem Vencimento**	**Valor de curva**	**Valor Justo**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de mercado**	**%**
Valor justo por meio do resultado		**–**	**–**	**230.244**	**230.244**	**230.244**	**–**	**230.244**	**52%**	**299.012**	**77%**
Fundos de Investimentos	1	–	–	230.244	230.244	230.244	–	230.244	100%	299.012	100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**100.557**	**108.046**	**–**	**212.713**	**208.603**	**(4.110)**	**208.603**	**48%**	**88.265**	**23%**
Letra Financeiro do Tesouro	1	–	108.046	–	108.487	108.046	(441)	108.046	52%	–	0%
Letras do Tesouro Nacional	1	100.557	–	–	104.226	100.557	(3.669)	100.557	48%	88.265	100%
Total		**100.557**	**108.046**	**230.244**	**442.957**	**438.847**	**(4.110)**	**438.847**	**100%**	**387.277**	**100%**

									Consolidado			
									31/12/2025		31/12/2024	
	Hierarquia do Valor Justo	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 5 anos**	**Sem Vencimento**	**Valor de curva**	**Valor Justo**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de mercado**	**%**
Valor justo por meio do resultado		**6.080**	**–**	**2.097.931**	**2.104.011**	**2.104.011**	**–**	**2.104.011**	**35%**	**1.019.194**	**17%**
Ações	1	–	–	–	–	–	–	–	0%	49.603	5%
Fundos de investimentos	1	–	–	2.097.948	2.097.948	2.097.948	–	2.097.948	100%	963.649	95%
Operações compromissadas	2	6.080	–	–	6.080	6.080	–	6.080	0%	5.218	1%
Outros valores	1			(17)	(17)	(17)	–	(17)	0%	724	0%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**608.312**	**2.061.203**	**–**	**2.717.011**	**2.669.514**	**(47.497)**	**2.669.515**	**45%**	**3.636.582**	**63%**
Letras financeiras do tesouro	1	–	399.150	–	399.663	399.150	(513)	399.150	15%	–	0%
Letras do Tesouro Nacional	1	151.367	1.204.127	–	1.395.203	1.355.493	(39.709)	1.355.494	51%	2.325.617	64%
Nota do Tesouro Nacional	1	456.945	457.926	–	922.145	914.871	(7.275)	914.871	34%	1.310.965	36%
Ao custo amortizado		**–**	**–**	**1.205.929**	**1.205.929**	**–**	**(1.205.929)**	**1.205.929**	**20%**	**1.199.381**	**20%**
Créditos a receber do FCVS	3	–	–	1.205.929	1.205.929	–	(1.205.929)	1.205.929	100%	1.199.381	100%
Total		**614.392**	**2.061.203**	**3.303.860**	**6.026.951**	**4.773.525**	**(1.205.929)**	**5.979.455**	**100%**	**5.855.157**	**100%**

6.2. Movimentação dos ativos financeiros

a. Movimentação das aplicações financeiras

						Controladora
	31/12/2024	**Aplicações**	**Transferências**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2025**
Valor justo por meio do resultado	**299.012**	975	(65.176)	(14.573)	–	10.006	**230.244**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**88.265**	106.529	–	(2.858)	3.802	12.865	**208.603**
Total	**387.277**	**107.504**	**(65.176)**	**(17.431)**	**3.802**	**22.871**	**438.847**

						Controladora
	31/12/2023	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2024**
Valor justo por meio do resultado	**315.212**	63.525	(105.434)	–	25.709	**299.012**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**91.660**	89.159	(96.412)	(6.081)	9.939	**88.265**
Saldo	**406.872**	**152.684**	**(201.846)**	**(6.081)**	**35.648**	**387.277**

						Consolidado
	31/12/2024	**Aplicações**	**Transferências**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2025**
Valor justo por meio do resultado	**1.019.194**	2.506.518	(479.549)	(1.147.496)	–	205.344	**2.104.011**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.636.582**	1.214.256	–	(2.617.848)	134.751	301.772	**2.669.515**
Total	**4.665.776**	**3.720.774**	**(479.549)**	**(3.765.342)**	**134.751**	**507.116**	**4.773.526**

						Consolidado
	31/12/2023	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2024**
Valor justo por meio do resultado	**1.216.193**	3.506.950	(3.809.654)	–	105.706	**1.019.195**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.706.037**	2.801.667	(3.038.417)	(173.657)	340.951	**3.636.581**
Saldo	**4.922.230**	**6.308.617**	**(6.848.071)**	**(173.657)**	**446.657**	**4.655.776**

b. Movimentação dos créditos a receber do FCVS - ao custo amortizado

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Saldo inicial	**1.199.381**	**1.196.628**
Adições - pagamentos realizados	58.808	69.401
Baixas - por recebimentos	(58.905)	(67.437)
Redução ao valor recuperável	6.646	788
Saldo final	**1.205.929**	**1.199.381**

6.3. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de ativos do Grupo possui ativos classificados como: Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) e Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	**Value-at-Risk**	**DV-1**
Fundos	(3.898)	(22.728)
Juros Pré	(0)	(17.739)
Cupom de IPCA	0	(2.492)
LFT	(1)	(8.936)
Total	**(3.899)**	**(51.896)**

b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

Patrimônio líquido, líquido de impostos

Consolidado	**100pb aumento**	**100pb diminuição**
31 de dezembro de 2025		
Instrumentos com taxas de juros pré e pós-fixadas	(27.304)	27.865
31 de dezembro de 2024		
Instrumentos com taxas de juros pré e pós-fixadas	(1.172)	1.199

7. Títulos e créditos a receber

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Adiantamentos para funcionários	–	4.306	3.258
Disponibilidades com bloqueio judicial	–	4.460	4.380
Créditos a receber - empresas ligadas	7	26.112	55.401
Outros títulos e créditos a receber	788	8.625	99.431
Total	**795**	**43.503**	**162.470**

8. Depósitos judiciais e fiscais

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Natureza cível	62.231	65.522
Natureza trabalhista	18.081	16.830
Natureza fiscal - contingências	531	492
Natureza fiscal - obrigações legais *(i)*	2.515.734	2.335.283
Totais	**2.596.577**	**2.418.127**

(i) Vide detalhamento na NE 18.

9. Ativos fiscais e passivos diferido

Composição

A composição e a movimentação dos ativos fiscais e passivo diferido podem ser resumidas como segue:

a. Composição e movimentação dos ativos e passivos fiscais

						Controladora
		Constituições (realizações)			Constituições (realizações)	
	01/01/2024	**IR/CS**	**Outros tributos**	**31/12/2024**	**IR/CS**	**31/12/2025**
Ativo						
A compensar	12.313	2.103	–	14.416	4.665	19.081
Total ativo circulante	**12.313**	**2.103**	**–**	**14.416**	**4.665**	**19.081**
Base Negativa/prejuízo fiscal	24.927	(3.196)	–	21.731	(6.763)	14.968
A compensar	89.736	36.514	–	126.250	25.299	151.549
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(381)	2.051	48	1.718	(1.293)	425
Diferenças temporárias:	**12.120**	**(1.774)**	**–**	**10.346**	**925**	**11.271**
Operações de arrendamento	1	(1)	–	–	–	–
Outras provisões	12.119	(1.773)	–	10.346	925	11.271
Total do ativo não circulante	**126.402**	**33.595**	**48**	**160.045**	**18.168**	**178.213**

							Consolidado
		Constituições (realizações)			Constituições (realizações)		
	01/01/2024	**IR/CS**	**Outros tributos**	**31/12/2024**	**IR/CS**	**Outros tributos**	**31/12/2025**
Ativo							
A compensar	22.831	1.209	840	24.880	3.185	(4.652)	23.413
Total ativo circulante	**22.831**	**1.209**	**840**	**24.880**	**3.185**	**(4.652)**	**23.413**
Base Negativa/prejuízo fiscal	24.927	(3.170)	–	21.757	(6.252)	–	15.505
A compensar	112.563	41.852	398	154.813	26.476	3.975	185.264
Ajuste de títulos a valor justo TVM	5.764	68.608	(2.546)	71.826	(55.077)	–	16.749
Diferenças temporárias:	**139.940**	**318.233**	**–**	**458.173**	**(65.703)**	**–**	**392.470**
Contingências fiscais	473.769	24.175	–	497.944	36.708	–	534.652
Contingências cíveis	69.370	6.722	–	76.092	(2.504)	–	73.588
Contingências trabalhistas	20.507	893	–	21.400	652	–	22.052
Risco de crédito	276.016	17.509	–	293.525	(14.554)	–	278.971
Participações nos lucros	12.298	(2.011)	–	10.287	2.254	–	12.541
Operações de arrendamento	4.400	(240)	–	4.160	(409)	–	3.751
Outras provisões	72.281	(9.125)	–	63.156	(16.438)	–	46.718
Operações de Seguro CPC 50	(788.701)	280.310	–	(508.391)	(71.412)	–	(579.803)
Total ativo não circulante	**283.194**	**425.523**	**(2.148)**	**706.569**	**(100.556)**	**3.975**	**609.988**

b. Expectativa da efetiva realização

Ano de Realização	**Diferenças Temporárias**	**%**	**Tributos diferidos**	**%**	**Base negativa/ prejuízo fiscal**	**%**	**Diferenças Temporárias**	**%**	**Tributos diferidos**	**%**	**Base negativa/ prejuízo fiscal**	**%**
2026	10.822	96%	425	100%	5.955	40%	258.987	66%	3.885	23%	6.169	40%
2027	–	0%	–	0%	5.762	38%	203.145	52%	12.864	77%	5.969	38%
2028	–	0%	–	0%	3.251	22%	(45.299)	-12%	–	0%	3.367	22%
2029	–	0%	–	0%	–	0%	(32.212)	-8%	–	0%	–	0%
2030	–	0%	–	0%	–	0%	(15.227)	-4%	–	0%	–	0%
A partir de 2031	449	4%	–	0%	–	0%	23.076	6%	–	0%	–	0%
Total	**11.271**	**100%**	**425**	**100%**	**14.968**	**100%**	**392.470**	**100%**	**16.749**	**100%**	**15.505**	**100%**

10. Créditos fiscais não reconhecidos

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas, que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Adições temporárias	3.529	4.115
Prejuízo fiscal	51.623	52.632
Total	**55.152**	**56.747**

11. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	7.224	7.383
Total	**7.224**	**7.383**

12. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

12.1. Participações societárias

Além dos investimentos consolidados, que estão descritos na nota nº 2.1.1, a Companhia detinha em dezembro de 2024 investimento minoritário de 25,00% na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. o qual está demonstrado como investimentos em empresas não consolidadas no comparativo desta nota explicativa.

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a Integra Participações S.A., para a alienação de sua participação na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. A partir dessa data, foram iniciados os procedimentos para obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a qual foi definitivamente concedida em 3 de janeiro de 2025. Com o cumprimento das condições acordadas, a Integra Participações S.A., efetuou o pagamento do valor acordado em 6 de janeiro de 2025, data em que foram realizados os registros contábeis para baixa do investimento.

a. Composição

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias registradas por equivalência patrimonial:

				31/12/2025
Empresas controladas e coligadas	**Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**	**CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.**	**Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.**	**Total**
Ativo circulante	48.454	1.954	60.148	110.556
Ativo não circulante	140.561	4.350.872	3.064	4.494.497
Passivo circulante	18.591	980	21.797	41.368
Passivo não circulante	2.139	–	–	2.139
Provisões Judiciais	2.139	–	–	2.139
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	18.591	980	21.797	41.368
Patrimônio Líquido	**168.285**	**4.351.845**	**41.416**	**4.561.546**
Total das participações societárias				**4.561.546**
Lucro líquido do exercício	7.950	784.723	28.896	821.569
Total dos resultados abrangentes	3.385	247.483	–	250.868
Participação no capital social	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Quantidade de ações s/ valor nominal	1.142.000.000	2.515.000.000	15.600.000	

				31/12/2024
Empresas controladas e coligadas	**Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**	**CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.**	**Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.**	**Total**
Ativos circulante	59.133	2.244	60.618	121.995
Ativos não circulante	116.157	3.896.002	2.200	4.014.359
Passivo circulante	16.130	123	20.926	37.179
Passivo não circulante	2.210	–	–	2.210
Provisões Judiciais	2.210	–	–	2.210
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	16.130	123	20.926	37.179
Patrimônio Líquido	**156.949**	**3.898.123**	**41.892**	**4.096.964**
Investimento de empresa não consolidada	–	–	–	185.860
Total das participações societárias				**4.282.824**
Lucro líquido do exercício	8.861	862.177	29.531	900.569
Total dos resultados abrangentes	(7.684)	(582.088)	–	(589.772)
Participação no capital social	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Quantidade de ações s/ valor nominal	1.142.000.000	2.515.000.000	15.600.000	

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:54:20 -03'00'



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

b. Movimentação

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias:

	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Yousse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Empresas não consolidadas	Total
Saldo final em 1 de janeiro de 2024	**155.773**	**4.299.325**	**36.578**	**163.770**	**4.655.445**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	8.861	862.177	23.288	38.239	932.565
Dividendos	–	(681.291)	(17.974)	(16.149)	(715.414)
Outros lucros abrangentes	(7.684)	(582.088)	–	–	(589.772)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**156.949**	**3.898.123**	**41.892**	**185.860**	**4.282.824**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	7.950	784.723	28.896	2.598	824.167
Dividendos	–	(578.484)	(29.373)	–	(607.857)
Baixa de participação	–	–	–	(188.458)	(188.458)
Outros lucros abrangentes	3.385	247.483	–	–	250.868
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	**168.285**	**4.351.845**	**41.416**	**–**	**4.561.546**

13. Propriedade para investimentos

Consolidado	**31/12/2024**	**Benfeitorias**	**Ajuste a valor justo**	**Transferências *(i)***	**31/12/2025**
Edificações - Custo	174.056	724	–	68.712	243.492
Ajuste a valor justo	(24.912)	–	(4.923)	11.966	(17.869)
Total	**149.144**	**724**	**(4.923)**	**80.678**	**225.623**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

14. Imobilizado e intangível

14.1. Imobilizado

a. Composição

	31/12/2025			31/12/2024		
Controladora	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**
Equipamentos	256	(256)	–	256	(256)	–
Veículos	329	(170)	159	329	(104)	225
Ativo de direito de uso	708	(708)	–	708	(708)	–
Outros	3.890	(3.873)	17	3.890	(3.568)	322
Total	**5.183**	**(5.007)**	**176**	**5.183**	**(4.636)**	**547**

	31/12/2025			31/12/2024		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**
Edificações	103.437	(28.031)	75.406	143.363	(47.797)	95.566
Equipamentos	14.495	(12.961)	1.534	14.570	(12.685)	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	17.059	(15.532)	1.527	24.163	(21.587)	2.576
Veículos	5.269	(2.123)	3.146	4.944	(1.378)	3.566
Sistemas e aplicativos	768	(768)	–	772	(768)	4
Ativo de direito de uso	33.998	(25.485)	8.513	26.244	(22.321)	3.923
Outros	12.341	(6.857)	5.754	13.712	(8.126)	5.586
Total	**187.367**	**(91.487)**	**95.880**	**227.768**	**(114.662)**	**113.106**

b. Movimentação

Controladora	**Saldo em 01/01/2024**	**Amortização/ depreciação do período**	**Saldo em 31/12/2024**	**Amortização/ depreciação do período**	**Saldo em 31/12/2025**
Equipamentos	1	(1)	–	–	–
Veículos	291	(66)	225	(66)	159
Ativo de direito de uso	45	(45)	–	–	–
Outros	881	(559)	322	(305)	17
Total	**1.218**	**(671)**	**547**	**(371)**	**176**

Consolidado	**Saldo em 31/12/2024**	**Aquisições**	**Amortização/ depreciação do período**	**Baixas**	**Transferências *(i)***	**Saldo em 31/12/2025**
Edificações *(i)*	95.566	4.911	(3.143)	–	(21.928)	75.406
Equipamentos	1.885	378	(709)	(20)	–	1.534
Móveis, máquinas e utensílios	2.576	384	(1.094)	(256)	(59)	1.527
Veículos	3.566	1.001	(956)	–	59	3.146
Sistemas e aplicativos	4	–	(1)	(3)	–	–
Ativo de direito de uso	3.923	4.946	(3.165)	2.809	–	8.513
Outros	5.586	2.356	(1.243)	(945)	–	5.754
Total	**113.106**	**13.976**	**(10.311)**	**1.585**	**(21.928)**	**95.880**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

Consolidado	**Saldo em 01/01/2024**	**Aquisições**	**Amortização/ depreciação do período**	**Baixas**	**Transferências *(i)***	**Saldo em 31/12/2024**
Terrenos *(i)*	50.457	–	–	–	(50.457)	–
Edificações *(i)*	112.493	72	(5.732)	–	(11.267)	95.566
Equipamentos	1.690	1.209	(985)	(29)	–	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	5.040	182	(2.411)	(235)	–	2.576
Veículos	5.129	867	(954)	(1.476)	–	3.566
Sistemas e aplicativos	6	–	(2)	–	–	4
Ativo de direito de uso	1.966	3.429	(1.472)	–	–	3.923
Outros	5.989	1.129	(1.531)	(1)	–	5.586
Total	**182.770**	**6.888**	**(13.087)**	**(1.741)**	**(61.724)**	**113.106**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

c. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

					Controladora
		Movimentações	Composição do saldo		
Direito de uso	**Saldo em 01/01/2025**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2025**
Imóveis	–	–	708	(708)	–
Total	**–**	**–**	**708**	**(708)**	**–**

					Consolidado
		Movimentações	Composição do saldo		
Direito de uso	**Saldo em 01/01/2025**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2025**
Imóveis	**1.078**	(380)	11.641	(7.878)	**3.763**
Máquinas e Equipamentos	**2.845**	(2.785)	22.358	(17.608)	**4.750**
Total	**3.923**	**(3.165)**	**33.999**	**(25.486)**	**8.513**

					Consolidado
			Composição do saldo		
Direito de uso	**Saldo em 01/01/2024**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2024**
Imóveis	**(1.930)**	1.028	8.576	(7.498)	**1.078**
Máquinas e Equipamentos	**3.896**	(2.500)	17.668	(14.823)	**2.845**
Total	**1.966**	**(1.472)**	**26.244**	**(22.321)**	**3.923**

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2025 uma taxa de 16,64% a.a. (31 de dezembro de 2024 - 19,04 % aa).

14.2. Intangível

a. Composição

	31/12/2025		31/12/2024	
Controladora	**Custo**	**Total**	**Custo**	**Total**
Marcas e patentes	3.011	3.011	3.011	3.011
Total	**3.011**	**3.011**	**3.011**	**3.011**

	31/12/2025			31/12/2024		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**
Marcas e patentes	3.062	–	3.062	3.062	–	3.062
Sistemas e aplicativos	95.687	(93.456)	2.231	99.288	(93.708)	5.580
Sistemas de computação	382.518	(318.480)	64.038	368.260	(296.235)	72.025
Sistemas de computação em desenvolvimento	11.979	–	11.979	39.576	–	39.576
Outros intangíveis	7.776	(7.776)	–	49.634	(7.776)	41.858
Total	**501.022**	**(419.712)**	**81.310**	**559.820**	**(397.719)**	**162.101**

b. Movimentação

Consolidado	**Saldo em 31/12/2024**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2025**
Marcas e patentes	3.062	–	–	–	–	3.062
Sistemas e aplicativos	5.580	270	(876)	–	(2.743)	2.231
Sistemas de computação	72.025	–	(9.904)	28.836	(26.919)	64.038
Sistemas de computação em desenvolvimento	39.576	18.758	(17.519)	(28.836)	–	11.979
Outros intangíveis	41.858	–	(41.858)	–	–	–
Total	**162.101**	**19.028**	**(70.157)**	**–**	**(29.662)**	**81.310**
Consolidado	**Saldo em 01/01/2024**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2024**
Marcas e patentes	3.062	–	–	–	–	3.062
Sistemas aplicativos	21.411	–	(9.409)	–	(6.422)	5.580
Sistemas de computação	81.062	–	(3.016)	24.320	(30.341)	72.025
Sistemas de computação em desenvolvimento	45.411	18.802	(317)	(24.320)	–	39.576
Outros Intangíveis	41.858	–	–	–	–	41.858
Total	**192.804**	**18.802**	**(12.742)**	**–**	**(36.763)**	**162.101**

15. Passivos de seguros

15.1. Movimentação dos saldos dos contratos de seguros e resseguros

15.1.1. Contratos de seguro

a. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Métodos BBA - Seguros - Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Passivos líquidos para cobertura restante	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**	**Passivos líquidos para cobertura restante**	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	713.261	–	(520.522)	192.739	1.169.382	–	(585.395)	583.987
Saldo de passivos na abertura	(878)	1.170	2.967	3.259	–	–	–	–
Saldo líquido de abertura	**(714.139)**	**1.170**	**523.489**	**(189.480)**	**–**	**–**	**585.395**	**(583.987)**
Receitas das atividades de seguro	**(1.675.422)**	**–**	**–**	**(1.675.422)**	**(1.752.575)**	**–**	**–**	**(1.752.575)**
Despesas relacionadas às atividades de seguro	**156.263**	**336**	**791.175**	**947.774**	**160.290**	**1.170**	**726.647**	**888.107**
Sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro	–	(923)	660.285	659.362	–	–	606.780	606.780
Amortização dos fluxos de caixa relacionados a despesas de aquisição	156.263	–	–	156.263	160.290	–	–	160.290
Ajustes nos passivos para sinistros ocorridos	–	–	130.890	130.890	–	–	119.867	119.867
Perdas e recuperações em contratos deficitários	–	1.259	–	1.259	–	1.170	–	1.170
Resultado das atividades de seguro	**(1.519.159)**	**336**	**791.175**	**(727.648)**	**(1.592.285)**	**1.170**	**726.647**	**(864.468)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	(253.397)	117	45.047	(208.233)	410.186	–	(9.440)	400.746
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(1.772.556)**	**453**	**836.222**	**(935.881)**	**(1.182.099)**	**1.170**	**717.207**	**(463.722)**
Prêmios recebidos em contratos de seguro emitidos - Atuarial/Não Atuarial	**1.676.424**	**–**	**–**	**1.676.424**	**1.784.009**	**–**	**–**	**1.784.009**
Pagamentos de sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro - Atuarial	**–**	**–**	**(820.223)**	**(820.223)**	**–**	**–**	**(779.112)**	**(779.112)**
Fluxo de caixa relacionado a despesas de aquisição - Atuarial/Não Atuarial	**(103.882)**	**–**	**–**	**(103.882)**	**(146.667)**	**–**	**–**	**(146.667)**
Total do fluxo de caixa	**1.572.542**	**–**	**(820.223)**	**752.319**	**1.637.342**	**–**	**(779.113)**	**858.229**
Saldo de ativos no fechamento	912.942	–	(535.403)	377.539	713.261	–	(520.522)	192.739
Saldo de passivos no fechamento	(1.211)	1.623	4.085	4.497	(878)	1.170	2.967	3.259
Saldo líquido de fechamento	**(914.153)**	**1.623**	**539.488**	**(373.042)**	**(714.139)**	**1.170**	**523.489**	**(189.480)**

b. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Métodos BBA- Seguros - Não Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Passivos líquidos para cobertura restante	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**	**Passivos líquidos para cobertura restante**	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	167.472	–	(32.161)	135.311	141.540	–	(25.530)	116.010
Saldo de passivos na abertura	355.083	1.425	214.681	571.189	(18.321)	7.294	265.633	254.606
Saldo líquido de abertura	**187.611**	**1.425**	**246.842**	**435.878**	**(159.861)**	**7.294**	**291.163**	**138.596**
Receitas das atividades de seguro	**(1.139.702)**	**–**	**–**	**(1.139.702)**	**(1.082.944)**	**–**	**–**	**(1.082.944)**
Despesas relacionadas às atividades de seguro	**105.002**	**1.057**	**610.748**	**716.807**	**96.512**	**(6.141)**	**883.623**	**973.994**
Sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro	–	(5.594)	566.038	560.444	–	(10.250)	829.958	819.708
Amortização dos fluxos de caixa relacionados a despesas de aquisição	105.002	–	–	105.002	96.512	–	–	96.512
Ajustes nos passivos para sinistros ocorridos	–	–	44.710	44.710	–	–	53.665	53.665
Perdas e recuperações em contratos deficitários	–	6.651	–	6.651	–	4.109	–	4.109
Componentes de investimento	698	–	(698)	–	557	–	(557)	–
Resultado das atividades de seguro	**(1.034.002)**	**1.057**	**610.050**	**(422.895)**	**(985.875)**	**(6.141)**	**883.066**	**(108.950)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	(7.614)	127	32.535	25.048	368.188	272	(32.796)	335.664
Total das variações do resultado e das OCI (Outros Resultados Abrangentes)	**(1.041.616)**	**1.184**	**642.585**	**(397.847)**	**(617.687)**	**(5.869)**	**850.270**	**226.714**
Prêmios recebidos em contratos de seguro emitidos atuarial	1.045.445	–	–	1.045.445	1.094.109	–	–	1.094.109
Pagamentos de sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro Atuarial	–	–	(597.580)	(597.580)	–	–	(894.591)	(894.591)
Fluxo de caixa relacionado a despesas de aquisição - Atuarial	(109.447)	–	–	(109.447)	(128.950)	–	–	(128.950)
Total do fluxo de caixa	**935.998**	**–**	**(597.580)**	**(109.447)**	**965.159**	**–**	**(894.591)**	**70.568**
Saldo de ativos no fechamento	**180.539**	**–**	**(55.539)**	**125.000**	**167.472**	**–**	**(32.161)**	**135.311**
Saldo de passivos no fechamento	**262.532**	**2.609**	**236.308**	**501.449**	**355.083**	**1.425**	**214.681**	**571.189**
Saldo líquido de fechamento	**81.993**	**2.609**	**291.847**	**376.449**	**187.611**	**1.425**	**246.842**	**435.878**

c. Análise por componente de mensuração - Métodos BBA (Seguro) - Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**	**Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	3.478.973	(205.359)	(3.080.876)	192.738	4.171.283	(293.421)	(3.293.876)	583.986
Saldo de passivos na abertura	2.548	469	242	3.259	–	–	–	–
Saldo líquido de abertura	**(3.476.425)**	**205.828**	**3.081.118**	**(189.479)**	**(4.171.283)**	**293.421**	**3.293.876**	**(583.986)**
Variações relacionadas aos serviços futuros	**98.195**	**(11.781)**	**(85.154)**	**1.260**	**(207.602)**	**(30.323)**	**239.094**	**1.169**
Alterações nas estimativas que resultam em ajuste na margem de serviços contratuais	97.261	(12.032)	(85.154)	75	(207.176)	(30.462)	238.807	1.169
Efeito dos contratos contabilizados durante o período	934	251	–	1.185	(426)	139	287	–
Variações relacionadas aos serviços prestados durante o período	**(107.451)**	**(46.724)**	**(705.621)**	**(859.796)**	**(135.147)**	**(58.545)**	**(791.812)**	**(985.504)**
Montante da margem de serviços contratuais contabilizado no resultado líquido devido à prestação de serviços	–	–	(705.621)	(705.621)	–	–	(791.812)	(791.812)
Variação do ajuste relacionado ao risco não financeiro	–	(46.724)	–	(46.724)	–	(58.545)	–	(58.545)
Ajustes relacionados à experiência	(107.451)	–	–	(107.451)	(135.147)	–	–	(135.147)
Variações relacionadas aos serviços passados	**125.605**	**5.284**	**–**	**130.888**	**114.911**	**4.956**	**–**	**119.867**
Variações relacionadas aos serviços passados	125.605	5.284	–	130.888	114.911	4.956	–	119.867
Resultado das atividades de seguro	**116.349**	**(53.221)**	**(790.775)**	**(727.648)**	**(227.838)**	**(83.912)**	**(552.718)**	**(864.468)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	(570.944)	36.717	325.993	(208.233)	64.467	(3.681)	339.960	400.746
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(454.595)**	**(16.504)**	**(464.782)**	**(935.881)**	**(163.371)**	**(87.593)**	**(212.758)**	**(463.722)**
Fluxo de caixa	752.319	–	–	752.319	858.229	–	–	858.229
Total do fluxo de caixa	**752.319**	**–**	**–**	752.319	**858.229**	**–**	**–**	**858.229**
Saldo de ativos no fechamento	3.182.450	(188.680)	(2.616.232)	377.538	3.478.973	(205.359)	(3.080.876)	**192.738**
Saldo de passivos no fechamento	3.749	644	104	4.497	2.548	469	242	**3.259**
Saldo líquido de fechamento	**(3.178.701)**	**189.324**	**2.616.336**	**(373.041)**	**(3.476.425)**	**205.828**	**3.081.118**	**(189.479)**

d. Análise por componente de mensuração - Métodos BBA - Não Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**	**Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	165.471	(13.896)	(16.263)	135.312	134.684	(7.374)	(11.301)	116.009
Saldo de passivos na abertura	(1.361.941)	76.327	1.856.803	571.189	(1.873.848)	53.347	2.075.105	254.604
Saldo líquido de abertura	**(1.527.412)**	**90.223**	**1.873.066**	**435.877**	**(2.008.532)**	**60.721**	**2.086.406**	**138.595**
Variações relacionadas aos serviços futuros	**(41.455)**	**13.778**	**34.329**	**6.652**	**(70.971)**	**58.146**	**16.934**	**4.109**
Alterações nas estimativas que resultam em ajuste na margem de serviços contratuais	50.238	(5.318)	(40.012)	4.908	(27.939)	42.473	(11.701)	2.833
Efeito dos contratos contabilizados durante o período	(91.693)	19.096	74.341	1.744	(43.032)	15.673	28.635	1.276
Variações relacionadas aos serviços prestados durante o período	**11.083**	**(37.539)**	**(447.802)**	**(474.258)**	**306.467**	**(24.774)**	**(447.947)**	**(166.254)**
Montante da margem de serviços contratuais contabilizado no resultado líquido devido à prestação de serviços	–	–	(447.802)	(447.802)	–	–	(447.947)	(447.947)
Variação do ajuste relacionado ao risco não financeiro	–	(37.539)	–	(37.539)	–	(24.774)	–	(24.774)
Ajustes relacionados à experiência	11.083	–	–	11.083	306.467	–	–	306.467
Variações relacionadas aos serviços passados	**37.879**	**6.832**	**–**	**44.711**	**50.678**	**2.517**	**–**	**53.195**
Variações relacionadas aos serviços passados	37.879	6.832	–	44.711	50.678	2.517	–	53.195
Resultado das atividades de seguro	**7.507**	**(16.929)**	**(413.473)**	**(422.895)**	**286.174**	**35.889**	**(431.013)**	**(108.950)**
Receitas financeiros ou encargos financeiros de seguro	(194.993)	16.025	204.016	25.048	124.378	(6.387)	217.673	335.664
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(187.486)**	**(904)**	**(209.457)**	**(397.848)**	**410.552**	**29.502**	**(213.340)**	**226.714**
Fluxo de caixa	338.418	–	–	338.419	70.568	–	–	70.568
Total do fluxo de caixa	**338.418**	**–**	**–**	**338.419**	**70.568**	**–**	**–**	**70.568**
Saldo de ativos no fechamento	167.706	(16.980)	(25.725)	125.001	165.471	(13.896)	(16.263)	**135.312**
Saldo de passivos no fechamento	(1.208.774)	72.339	1.637.884	501.449	(1.361.941)	76.327	1.856.803	**571.189**
Saldo líquido de fechamento	**(1.376.480)**	**89.319**	**1.663.609**	**376.448**	**(1.527.412)**	**90.223**	**1.873.066**	**435.877**

15.1.2. Contratos de resseguro

a. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Método PAA - Vida

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**	**Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	**604**	**5.433**	**6.037**	**445**	**5.697**	**6.142**
Receitas de resseguro	**–**	**(1.912)**	**(1.912)**	**–**	**(17.263)**	**(17.263)**
Montantes recuperados de serviços passados e outras despesas de resseguro	–	(843)	(843)	–	(17.263)	(17.263)
Ajuste de ativos para sinistros ocorridos	–	–	(1.069)	–	–	–
Despesas de resseguro	**917**	**–**	**917**	**(159)**	**–**	**(159)**
Despesas ou receitas líquidas de contratos de resseguro	**917**	**(1.912)**	**(995)**	**(159)**	**(17.263)**	**(17.422)**
Produtos financeiros ou encargos financeiros de contratos de resseguro	–	382	382	–	–	–
Despesas ou produtos financeiros líquidos de contratos de resseguro	**–**	**382**	**382**	**–**	**–**	**–**
Total das variações do resultado e das ORA	**917**	**(1.530)**	**(613)**	**(159)**	**(17.263)**	**(17.422)**
Prêmios pagos	(1.016)	–	(1.016)	–	–	–
Soma recuperada de resseguradores	–	843	843	–	17.527	17.527
Total de fluxo de caixa	**(1.016)**	**843**	**(173)**	**–**	**17.527**	**17.527**
Outros movimentos:	**410**	**1.420**	**1.830**	**–**	**–**	**–**
Incluindo outras variações	410	1.420	1.830	–	–	–
Saldo de ativos no fechamento	**292**	**4.700**	**4.992**	**604**	**5.433**	**6.037**

b. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Método PAA - Não Vida

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**	**Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	**11.569**	**112.194**	**123.763**	**6.204**	**45.854**	**52.058**
Receitas de resseguro	**–**	**(7.524)**	**(7.524)**	**–**	**(184.963)**	**(184.963)**
Montantes recuperados de serviços passados e outras despesas de resseguro	–	(82.919)	(82.919)	–	(184.963)	(184.963)
Ajuste de ativos para sinistros ocorridos	–	75.395	75.395	–	–	–
Despesas de resseguro	**37.033**	**–**	**37.033**	**(5.364)**	**–**	**(5.364)**
Despesas ou receitas líquidas de contratos de resseguro	**37.033**	**(7.524)**	**29.509**	**(5.364)**	**(184.963)**	**(190.327)**
Produtos financeiros ou encargos financeiros de contratos de resseguro	–	(4.289)	(4.289)	–	–	–
Despesas ou produtos financeiros líquidos de contratos de resseguro	**–**	**(4.289)**	**(4.289)**	**–**	**–**	**–**
Total das variações do resultado e das ORA	**37.033**	**(11.813)**	**25.220**	**(5.364)**	**(184.963)**	**(190.327)**
Prêmios pagos	(37.453)	–	(37.453)	–	–	–
Soma recuperada de resseguradores	–	79.921	79.921	–	118.622	118.622
Total de fluxo de caixa	**(37.453)**	**79.921**	**42.468**	**–**	**118.622**	**(118.622)**
Outros movimentos:	**(410)**	**(12)**	**(422)**	**–**	**–**	**–**
Incluindo outras variações	(410)	(12)	(422)	–	–	–
Saldo de ativos no fechamento	**12.399**	**44.098**	**56.497**	**11.569**	**112.194**	**123.763**

15.2. Análise dos novos contratos reconhecidos durante o exercício

	31/12/2025			
	Contratos rentáveis emitidos - Vida	**Contratos rentáveis emitidos - Não Vida**	**Contratos onerosos emitidos - Não Vida**	**Total - Não Vida**
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	245	69.677	2.096	71.773
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	7.655	309.148	5.565	314.713
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	**7.900**	**378.825**	**7.661**	**386.486**
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	**(6.966)**	**(471.884)**	**(6.295)**	**(478.179)**
Ajuste de risco para o risco não financeiro	251	18.718	377	19.095
CSM	–	74.341	–	74.341
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**1.185**	**–**	**1.743**	**1.743**

	31/12/2024			
	Contratos rentáveis emitidos - Vida	**Contratos rentáveis emitidos - Não Vida**	**Contratos onerosos emitidos - Não Vida**	**Total - Não Vida**
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	188	46.414	6.757	53.171
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	4.877	311.951	26.778	338.729
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	**5.065**	**358.365**	**33.535**	**391.900**
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	(5.491)	(402.091)	(32.842)	(434.933)
Ajuste de risco para o risco não financeiro	139	15.091	582	15.673
CSM	287	28.635	–	28.635
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**–**	**–**	**1.275**	**1.275**

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:55:27 -03'00'



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

15.3. Margem de serviço contratual (CSM)

	Consolidado 31/12/2025									
	1 ano ou menos	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	Mais de 20 anos	Total
Vida	552.122	448.239	360.835	287.929	225.559	556.994	147.658	32.995	4.007	**2.616.336**
Não vida	327.856	250.412	205.438	168.096	136.582	378.933	134.775	48.511	13.006	**1.663.609**

	Consolidado 31/12/2024									
	1 ano ou menos	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	Mais de 20 anos	Total
Vida	627.152	512.798	415.909	334.548	266.810	683.726	188.708	44.781	6.686	**3.081.118**
Não vida	350.631	278.311	230.957	190.450	156.036	435.924	155.217	56.772	18.768	**1.873.066**

15.4. Movimentação da CSM de transição e novas safras

a. Vida

	31/12/2025			
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	**3.069.193**	**11.703**	**222**	**3.081.118**
Estimativa de resultados futuros	(76.331)	(8.755)	(67)	(85.153)
Despesas com serviços prestados no período	(704.002)	(1.535)	(84)	(705.621)
Receitas ou Despesas com seguros	324.721	1.238	33	325.992
Margem de Serviços Contratual	**2.613.581**	**2.651**	**104**	**2.616.336**
Receita de seguros	1.702.315	(34.878)	7.984	1.675.421

	31/12/2024			
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	**3.282.860**	**10.299**	**717**	**3.293.876**
Estimativa de resultados futuros	232.832	6.777	(801)	238.808
Efeito dos contratos do período	–	–	287	287
Despesas com serviços prestados no período	(785.290)	(6.436)	(87)	(791.813)
Receitas ou Despesas com seguros	338.791	1.063	106	339.960
Margem de Serviços Contratual	**3.069.193**	**11.703**	**222**	**3.081.118**
Receita de seguros	1.716.425	32.418	3.733	1.752.576

(i) outros contratos são as safras reconhecidas após a transição

b. Não Vida

	31/12/2025			
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	**1.743.227**	**113.410**	**16.430**	**1.873.067**
Estimativa de resultados futuros	(21.908)	(23.393)	5.288	(40.013)
Efeito dos contratos do período	–	–	74.341	74.341
Despesas com serviços prestados no período	(349.569)	(23.101)	(75.132)	(447.802)
Receitas ou Despesas com seguros	184.433	11.999	7.584	204.016
Magem de Serviços Contratual	**1.556.183**	**78.915**	**28.511**	**1.663.609**
Receita de seguros	548.136	41.254	550.313	1.139.703

	31/12/2024			
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	1.938.252	131.595	16.559	2.086.406
Estimativa de resultados futuros	(14.906)	7.584	(4.379)	(11.701)
Efeito dos contratos do período	–	–	28.635	28.635
Despesas com serviços prestados no período	(380.147)	(39.350)	(28.450)	(447.946)
Receitas ou Despesas com seguros	200.028	13.581	4.065	217.673
Margem de Serviços Contratual	**1.743.227**	**113.410**	**16.430**	**1.873.066**
Receita de seguros	511.724	109.738	461.481	1.083.770

(i) outros contratos são as safras reconhecidas após a transição.

15.5. Desenvolvimento de sinistros não descontados

a. Vida

BRUTO

31/12/2025						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Ano de ocorrência	499.518	969.497	495.913	464.243	501.764	721.499	3.652.434
Um ano mais tarde	596.756	1.091.397	558.745	540.203	624.913	–	3.412.013
Dois anos mais tarde	622.100	1.130.039	582.504	584.864		–	2.919.507
Três anos mais tarde	633.026	1.143.768	608.919	–	–	–	2.385.713
Quatro anos mais tarde	637.769	1.166.538	–	–	–	–	1.804.307
Cinco anos mais tarde	646.040	–	–	–	–	–	646.040
Sinistros brutos acumulados pagos	**613.269**	**1.110.902**	**558.671**	**522.445**	**553.838**	**434.323**	**3.793.447**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	32.771	55.636	50.248	62.419	71.075	287.176	559.325
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	255.583
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(292.619)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	23.094
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**545.382**

BRUTO

31/12/2024						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
Ano de ocorrência	997.976	831.885	1.200.224	731.688	684.865	716.189	5.162.827
Um ano mais tarde	890.701	741.655	1.145.114	608.915	589.886	–	3.976.271
Dois anos mais tarde	890.229	739.805	1.153.502	606.100	–	–	3.389.636
Três anos mais tarde	900.833	739.439	1.158.174	–	–	–	2.798.446
Quatro anos mais tarde	897.030	738.766	–	–	–	–	1.635.796
Cinco anos mais tarde	892.145	–	–	–	–	–	892.145
Sinistros brutos acumulados pagos	**853.245**	**704.086**	**1.103.468**	**547.374**	**503.964**	**390.330**	**4.102.467**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	38.900	34.680	54.706	58.726	85.922	325.860	598.794
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	228.273
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(316.625)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	19.720
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**530.162**

RESSEGURO

31/12/2025						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2025**	**Total**
Ano de Ocorrência	578	1.465	5	–	–	(464)	1.584
Um ano mais tarde	2.335	2.617	376	–	–	–	5.329
Dois anos mais tarde	4.619	3.214	415	–	–	–	8.248
Três anos mais tarde	4.725	3.381	520	–	–	–	8.626
Quatro anos mais tarde	4.725	3.381	–	–	–	–	8.106
Cinco anos mais tarde	4.725	–	–	–	–	–	4.725
Sinistros brutos acumulados pagos	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**–**	**8.218**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	–	–	409	–	–	(464)	(55)
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	5.224
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(616)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**4.553**

RESSEGURO

31/12/2024						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2025**	**Total**
Ano de Ocorrência	13.277	2.915	3.241	282	89	235	20.039
Um ano mais tarde	12.531	4.937	4.351	446	12	–	22.277
Dois anos mais tarde	12.404	4.812	4.258	435	–	–	21.909
Três anos mais tarde	12.373	4.778	3.389	–	–	–	20.540
Quatro anos mais tarde	12.389	4.738	–	–	–	–	17.127
Cinco anos mais tarde	12.634	–	–	–	–	–	12.634
Sinistros brutos acumulados pagos	**11.990**	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**20.208**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	644	12	8	323	12	235	1.234
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	5.435
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(1.304)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**5.365**

b. Não Vida

BRUTO

31/12/2025						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Ano de ocorrência	329.242	340.601	392.070	341.260	575.226	332.840	2.311.238
Um ano mais tarde	341.417	353.359	403.464	374.612	592.525	–	2.065.376
Dois anos mais tarde	349.091	356.155	404.117	381.414	–	–	1.490.777
Três anos mais tarde	351.034	349.351	408.766	–	–	–	1.109.151
Quatro anos mais tarde	341.250	354.576	–	–	–	–	695.826
Cinco anos mais tarde	342.467	–	–	–	–	–	342.467
Sinistros brutos acumulados pagos	**288.478**	**310.145**	**355.539**	**334.715**	**544.086**	**256.200**	**2.089.164**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	53.990	44.431	53.227	46.699	48.439	76.639	323.425
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	447.999
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(470.545)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	10.854
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**311.733**

BRUTO

31/12/2024						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
Ano de ocorrência	452.407	366.780	402.219	436.454	380.660	610.240	2.648.760
Um ano mais tarde	424.967	342.194	356.128	405.060	377.570	–	1.905.919
Dois anos mais tarde	415.329	351.894	360.297	405.019	–	–	1.532.539
Três anos mais tarde	429.875	355.270	354.348	–	–	–	1.139.493
Quatro anos mais tarde	436.638	347.396	–	–	–	–	784.034
Cinco anos mais tarde	431.772	–	–	–	–	–	431.772
Sinistros brutos acumulados pagos	**378.075**	**293.793**	**311.087**	**355.536**	**337.110**	**496.583**	**2.172.184**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	53.697	53.603	43.263	49.483	40.460	113.657	354.163
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	228.273
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(316.625)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	19.720
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**285.531**

RESSEGURO

31/12/2025						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Ano de Ocorrência	14.411	3.119	4.674	1.507	158.508	375	182.595
Um ano mais tarde	21.521	1.972	3.908	8.617	225.878	–	261.897
Dois anos mais tarde	14.968	(1.310)	3.893	8.636	–	–	26.187
Três anos mais tarde	11.133	(291)	4.854	–	–	–	15.695
Quatro anos mais tarde	12.748	184	–	–	–	–	12.932
Cinco anos mais tarde	15.191	–	–	–	–	–	15.191
Sinistros brutos acumulados pagos	**14.759**	**(82)**	**2.405**	**8.183**	**225.358**	**–**	**250.622**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	432	266	2.449	453	520	375	4.495
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	23.661
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	15.942
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**44.098**

RESSEGURO

31/12/2024						
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
Ano de Ocorrência	13.277	2.915	3.241	282	89	235	20.039
Um ano mais tarde	12.531	4.937	4.351	446	12	–	22.277
Dois anos mais tarde	12.404	4.812	4.258	435	–	–	21.909
Três anos mais tarde	12.373	4.778	3.389	–	–	–	20.540
Quatro anos mais tarde	12.389	4.738	–	–	–	–	17.127
Cinco anos mais tarde	12.634	–	–	–	–	–	12.634
Sinistros brutos acumulados pagos	**11.990**	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**20.208**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	644	12	8	323	12	235	1.234
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	5.435
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(1.304)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**5.365**

16. Passivo fiscal corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	29	38	3.467	3.251
ISS	–	–	547	494
IOF	–	–	40.239	36.451
INSS e FGTS	29	35	7.027	6.239
PIS, COFINS e CSLL retidos	3	13	1.431	1.369
IRPJ e CSLL	3.863	1.495	362.574	345.492
PIS e COFINS	485	787	8.642	9.455
Provisão de tributos contrato externo	4.662	4.662	4.662	4.662
Outros impostos e contribuições	297	296	297	295
Total	**9.368**	**7.326**	**428.886**	**407.708**

17. Outros passivos e Passivos de arrendamento

a. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	–	–	87	373
Depósitos de terceiros	–	–	130	134
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	19.494	33.656
Contas a pagar despesas administrativas	14.427	14.434	70.281	94.188
Passivo de arrendamento	–	–	9.384	4.308
Outras obrigações a pagar	–	–	(6.452)	2.123
Total	**14.427**	**14.434**	**92.924**	**134.782**

b. Passivos de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Consolidado		
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**4.768**	**(460)**	**4.308**
Apropriação de juros transcorridos	–	574	574
Constituições/reavaliações de contratos	5.705	(759)	4.946
Pagamentos	4.712	–	4.712
Outras/Baixas	(4.584)	(572)	(5.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**10.601**	**(1.217)**	**9.384**
Circulante	3.876	(185)	3.691
Não circulante	6.731	(1.033)	5.698

Controladora: Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 não havia contratos ativos.

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,86 % a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,60 % a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Valor presente dos pagamentos mínimos dos arredamentos:

	Consolidado 31/12/2025		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	12.527	22.591	35.118

18. Provisões para processos judiciais

18.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ações judiciais cíveis	520.523	549.374
Ações judiciais trabalhistas	55.130	53.500
Ações judiciais fiscais	16.172	–
Obrigações legais - fiscal *(i)*	3.834.503	3.579.338
Outras Obrigações	2.075	2.075
Totais	**4.428.403**	**4.184.287**

(i) O valor de obrigações legais fiscais provisionado em 2025 decorre de indeferimento de pedidos de compensação de contribuições previdenciárias, que estão em discussão administrativa junto a Receita Federal do Brasil.

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.103 ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH (2024 - 7.268). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS.

Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, sobre desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 336.486 (31 de dezembro 2024 - R$ 359.009).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela União para a aplicação do entendimento firmado no precedente do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.324.447 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.248.512);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Aguarda-se (i) a homologação do pedido de desistência do processo, considerando que não há nenhuma possibilidade de sucesso nessa ação, visto que a majoração foi declarada constitucional no julgamento da ADI 4101, o qual será aplicado ao caso da Companhia em razão da sua natureza vinculante (art. 927, I, do CPC); (ii) os trâmites judiciais sobre a validação do valor depositado; (iii) a conversão em renda para a a União; e (iv) o excedente a ser levantado pela Companhia. Diante da decisão em 1ª instância que denegou a segurança pleiteada e em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável, conforme decisões proferidas pelo STF de improcedência das ADI nº 4101 e 5485, a Companhia realizou o depósito integral a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, obstando-se a inscrição da contribuinte no CADIN. Valor atualizado provisionado e integralmente depositado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 2.510.055 (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.330.826).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial, interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal, mas o processo deve retornar ao relator para aplicação da decisão do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros) ao caso. Período de 02/1999 a 07/2007 - Valor em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 203.719;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal. Em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 181.378 (31 de dezembro de 2024 - R$ 171.769);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. O processo encontra-se aguardando julgamento do recurso especial interposto pela Companhia, concluso para admissibilidade recursal. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 385.514;

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando certificação do trânsito em julgado e o seu consequente arquivamento definitivo, diante da decisão denegando seguimento ao recurso especial interposto pela empresa, em sede de juízo de admissibilidade, acerca da exigência de IRPJ/CSLL sobre a taxa SELIC na devolução de depósitos judiciais, ante o entendimento firmado no Tema n° 962/STF e Tema n° 504/STJ, no qual, reafirmou a orientação de que "os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais possuem natureza remuneratória e não escapam à tributação pelo IRPJ e pela CSLL". Contudo, a Companhia já obteve decisão favorável quanto ao afastamento da exigência de IRPJ/CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos pelas empresas na repetição de indébito tributário, por meio de processos administrativos ou judiciais (Tema 962/STF), na qual declarou "a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito". A fim de recuperar os valores pagos indevidamente a partir de 19/08/2016, a Companhia solicitou a habilitação dos créditos perante a Receita Federal, mediante a homologação da solicitação, efetuou a compensação dos valores em dezembro de 2024, sendo que os valores atualizados e compensados foram de R$ 7.561, não restando valores a registrar sobre o tema.

18.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Apresentamos a seguir, os valores em riscos Consolidados:

	31/12/2025				
Consolidado	**Quantidade**	**Remota**	**Possível**	**Provável**	**Total**
Natureza cível	7.588	173.344	111.970	520.523	805.837
Natureza trabalhista	282	7.180	106.442	55.130	168.752
Contingências fiscais	2	–	–	3.834.503	3.834.503
Obrigações legais fiscais	51	475	1.358	16.172	18.005
Outras obrigações	–	–	–	2.075	2.075
Totais	**7.923**	**180.999**	**219.770**	**4.428.403**	**4.829.172**

	31/12/2024				
Consolidado	**Quantidade**	**Remota**	**Possível**	**Provável**	**Total**
Natureza cível	8.179	185.644	112.396	549.374	847.414
Natureza trabalhista	313	4.714	94.867	53.500	153.081
Obrigações legais fiscais	2	–	–	3.579.338	3.579.338
Contingências fiscais	15	–	9.010	–	9.010
Outras obrigações	–	–	–	2.075	2.075
	8.509	**190.358**	**216.273**	**4.184.287**	**4.590.918**

18.3. Movimentação das ações judiciais consolidadas

	Saldo 01/01/2025	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2025
Natureza cível	549.374	28.356	(56.133)	(11.211)	10.137	**520.523**
Natureza trabalhista	53.500	2.975	(6.026)	(392)	5.073	**55.130**
Contingências Fiscais	–	11.148	–	–	5.024	**16.172**
Obrigações legais fiscais	3.579.338	–	–	–	255.165	**3.834.503**
Outras obrigações	2.075	–	–	–	–	**2.075**
Totais	**4.184.287**	**42.479**	**(62.159)**	**(11.603)**	**275.399**	**4.428.403**

	Saldo 01/01/2024	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2024
Natureza cível	**487.447**	72.545	(15.718)	(11.245)	16.345	**549.374**
Natureza trabalhista	**51.268**	1.011	(3.660)	(921)	5.802	**53.500**
Obrigações legais fiscais	**3.379.317**	–	–	(159)	200.180	**3.579.338**
Outras obrigações	**2.474**	–	(399)	–	–	**2.075**
Totais	**3.920.506**	**73.556**	**(19.777)**	**(12.325)**	**222.327**	**4.184.287**

19. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	–	4	4.729	5.461
Honorários e remunerações	–	–	56.942	51.225
Obrigações a pagar empresas ligadas	15.665	13.439	23.964	18.146
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	2.323	1.566
Passivos fundo angico	–	–	2.229	3.643
Outros passivos financeiros	–	59	2.979	3.636
Total	**15.665**	**13.502**	**93.166**	**83.677**

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.520.000 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024 - R$ 2.366.000), e está representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no período atual e anterior. Em março de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 154.000, mediante a capitalização da reserva legal.

20.2. Gestão do capital

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para esse fim, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, bem como a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, tanto em situações normais de mercado quanto em condições extremas.

A gestão de capital considera, principalmente, os indicadores regulatórios aplicáveis às sociedades seguradoras do grupo, incluindo o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme regulamentação vigente. Em 31 de dezembro de 2025, as sociedades reguladas do grupo atendiam integralmente aos requerimentos mínimos de capital estabelecidos pelo regulador.

Com a adoção do IFRS 17, houve alterações na mensuração dos contratos de seguros e no reconhecimento dos resultados, as quais podem impactar indicadores regulatórios das sociedades do grupo. Tais impactos foram devidamente considerados na gestão de capital e não resultaram em descumprimento dos limites regulatórios aplicáveis. Informações quantitativas detalhadas sobre os indicadores regulatórios, incluindo o cálculo do PLA e do CMR, são apresentadas nas demonstrações financeiras das controladas reguladas, publicadas conjuntamente com estas demonstrações financeiras.

20.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 62.244 (31 de dezembro de 2024 - R$ 171.811).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.990.623 (31 de dezembro de 2024 - R$ 2.856.597).

c. Reserva de Capital - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era de R$ 16.210.

20.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial registra, no patrimônio líquido, as variações de valor justo de ativos e passivos que, conforme as normas contábeis, não são reconhecidas diretamente no resultado, sendo apropriadas ao resultado apenas quando da sua realização ou liquidação. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (17.974) (31 de dezembro de 2024 - R$ (147.437)).

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:56:44 -03'00'



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

20.5. Reserva de valor justo dos ativos financeiros

A reserva de valor justo dos ativos financeiros reflete as variações no valor de mercado dos ativos financeiros avaliados ao valor justo, como títulos de dívida e instrumentos de capital, cuja alteração no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido, especificamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (28.264) (31 de dezembro de 2024 - R$ (107.937)).

20.6. Reservas de seguros e resseguros

Reserva criada para ajustes nas obrigações dos contratos de seguro devido a certos movimentos do mercado financeiro. Especificamente, essa reserva é utilizada para ajustes que surgem das mudanças na taxa de desconto usada para medir as obrigações dos contratos de seguros e resseguros. A variação no valor da reserva financeira é consequência do impacto no passivo relacionado a contratos de seguros e resseguros pela variação da taxa de juros observada no período. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (260.980) (31 de dezembro de 2024 - R$ 434.684).

20.7. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente.

Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia havia feito distribuição de dividendo intercalar em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, por essa razão, não foi registrado valor a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir apresentamos os valores propostos pela Administração para aprovação dos Acionistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	888.668	993.472
(–) Reserva Legal	(44.433)	(49.674)
Base de cálculo de dividendos	**844.235**	**943.798**
Dividendo mínimo - 25%	211.059	235.950
Dividendos intercalares pagos	355.000	480.887
Dividendos complementares propostos pela Administração	327.901	174.770
Total	**682.901**	**655.657**

21. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

21.1. Receita das operações de seguros e resseguro

São as receitas relacionadas a Contratos não mensurados nos termos da abordagem de alocação prêmios (PAA). Referem-se a valores relacionados a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CSM reconhecido para serviços prestados	1.153.423	1.239.760
Mudança do ajuste de risco	78.333	78.534
Expectativa de sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	1.319.021	1.265.974
Recuperação dos custos de aquisição	261.264	256.802
Ajuste de experiência	9.600	4.698
Variação do componente de perda	(6.517)	(10.249)
Receita das operações de seguro	**2.815.124**	**2.835.519**
Contratos mensurados nos termos do PAA	10.131	202.226
Total da receita de seguros e resseguros	**2.825.255**	**3.037.745**

21.2. Despesas com operações de seguros e resseguros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços e custos reais	(675.846)	(747.980)
Comissões	(265.299)	(256.498)
Custos reais atribuíveis	(412.331)	(427.266)
Variação associada a serviços passados	(175.599)	(173.063)
Amortização de custos de aquisição	(261.264)	(256.802)
Variação do ajustamento pelo risco - LIC	5.930	4.785
Perdas e recuperações em contratos deficitários	(7.910)	(5.277)
Despesas da operação de seguro	**(1.792.319)**	**(1.862.101)**
Contratos mensurados nos termos do PAA	(37.950)	5.523
Total	**(1.830.269)**	**(1.856.578)**

21.3. Resultado financeiro das operações de seguros

A composição dos resultados financeiros das operações de seguros, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	129.273	98.834	228.107
Valores reconhecidos em ORA	202.903	86.340	289.333
Total das receitas financeiras líquidas	**332.176**	**185.264**	**517.440**
Despesa financeira de contrato de seguros	4.949	(107.189)	(102.240)
Resultado financeiro das operações de seguros	**337.125**	**78.075**	**415.200**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	134.222	(8.355)	125.867
Valores reconhecidos em ORA	202.903	86.340	289.333

	31/12/2024		
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	102.215	85.545	187.760
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)
Total das receitas financeiras líquidas	**(475.384)**	**(153.418)**	**(628.803)**
Despesa financeira de contrato de seguros	176.852	(96.701)	80.151
Resultado financeiro das operações de seguros	**(298.532)**	**(250.119)**	**(548.651)**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	279.067	(11.156)	267.911
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)

21.4. Outros resultados financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Título público de renda fixa	12.865	9.939	73.666	153.192
Despesa com Título público de renda fixa	(8.315)	(1.418)	10.377	13.724
Receita Título privado de renda fixa	(2.729)	(3.573)	(3.559)	(22.617)
Despesa Título privado de renda fixa	(10.357)	(1.035)	(15.449)	(24.400)
Receita com Fundos de investimento	31.407	31.735	213.993	139.734
Despesa Fundos de investimento	–	–	272	(734)
Resultado com fundos de investimentos - equiv. de caixa	33.833	–	117.190	–
Atualização de contingência	–	–	(275.399)	(222.328)
Juros sobre Capital Próprio	–	6.635	–	6.635
Outras receitas financeiras e despesas financeiras *(i)*	22.378	8.087	183.181	141.771
Total	**79.082**	**50.370**	**304.272**	**184.977**

(i) O grupo efetuou o registro de atualização de deposito judicial e contingência fiscal, que até então não vinham sendo atualizados

21.5. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de equivalência patrimonial - operação continuada	821.570	900.569	–	–
Resultado de equivalência patrimonial - descontinuada	2.598	38.239	2.598	38.239
Total	**824.168**	**938.808**	**2.598**	**38.239**

21.6. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com baixa de ativos	–	–	787	(8.922)
Movimentação do SFH *(i)*	–	–	22.565	(45.259)
Ganho na venda de participações societárias *(ii)*	20.341	–	20.341	–
Outros resultados operacionais	–	–	(2.055)	272
Total	**20.341**	**–**	**41.638**	**(53.909)**

(i) Refere-se substancialmente à variação da provisão para contingências de parte dos valores que estão em discussão, também relativo ao SH/SFH.

(ii) Vide nota explicativa 12.1.

21.7. Redução ao valor recuperável

Refere-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH o saldo era de R$ 6.646 em 31 de dezembro de 2025, (31 de dezembro de 2024 - R$ 788).

22. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	910.264	910.264	980.806	980.806
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(824.168)	(824.168)	(938.808)	(938.808)
(–) Outras variações	(22.550)	(22.550)	(73.731)	(73.731)
Base de cálculo	**63.546**	**63.546**	**(31.733)**	**(31.733)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(5.719)**	**(15.887)**	**2.856**	**7.933**
Ajustes do lucro real	(17.130)	(17.130)	(20.623)	(19.867)
Ajustes temporários diferidos	(2.721)	(2.721)	5.217	5.217
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	19.893	19.893	9.161	9.485
Total ajustes do lucro real	**42**	**42**	**6.244)**	**(5.164)**
Tributos sobre os ajustes	**(4)**	**(10)**	**562**	**1.291**
Incentivos fiscais	–	24	–	24
Despesa contabilizada	**(5.723)**	**(15.873)**	**3.418**	**9.248**
Taxa efetiva	**9,01%**	**24,98%**	**10,77%**	**29,14%**

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.433.721	1.433.721	1.533.813	1.533.813
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(2.598)	(2.598)	(38.239)	(38.239)
(–) Outras variações	(29.810)	(29.810)	(99.561)	(97.700)
Base de cálculo	**1.401.312**	**1.401.312**	**1.396.013**	**1.397.874**
Tributos calculado a taxa nominal *(i)*	**(203.260)**	**(349.342)**	**(209.792)**	**(350.633)**
Ajustes do lucro real	(6.930)	(7.364)	28.001	26.321
Benefícios incentivados	8.557	8.557	20.500	20.500
Ajustes temporários diferidos	(14.418)	(14.835)	(85.846)	(83.817)
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	18.385	18.385	9.086	9.410
Total ajustes do lucro real	**5.595**	**4.743**	**(28.259)**	**(27.586)**
Tributos sobre os ajustes	**(837)**	**(1.186)**	**3.858**	**6.897**
Incentivos fiscais	–	13.095	–	7.945
Despesa contabilizada	**(204.097)**	**(337.432)**	**(205.934)**	**(335.791)**

23. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia. com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e seus respectivos resultados dos exercícios 2025 e 2024 são apresentados abaixo:

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	5	–	–	1
Títulos e créditos a receber	788	–	–	–	–	–
Dividendos a receber	7.224	–	–	7.383	–	–
Passivos	–	–	–	–	–	–
Passivos financeiros	(2.922)	(12.743)	–	(696)	(12.743)	–
Resultado						
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	(4.936)	–	–	(617)	(10.221)	–

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e Equivalente de Caixa	11.910	–	5	8.681	–	1
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	46.184	–	–	66.570	–	–
Títulos e créditos a receber	24.752	977	2.922	55.481	103	696
Outros investimentos	954	–	–	–	–	–
Passivos						
Provisões Técnicas de seguros	(10.803)	–	–	(13.605)	–	–
Passivos Financeiros	(11.221)	(12.743)	–	(5.440)	(12.743)	–
Resultado						
Receita das operações de seguros	12.205	–	–	9.010	–	–
Custos/Despesas da operação de seguro	(163.370)	–	–	(223.004)	–	–
Outros resultados financeiros	35	–	–	(2)	–	–
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	13.420	1.525	4.936	(68.811)	(10.118)	695
Outros resultados operacionais	329	–	–	–	–	–

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., Caixa Seguradora S.A., CNP Consórcios S.A;

(ii) Caixa Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances, controladores direto da CNP Seguros Holding Brasil S.A;

(iii) Caixa Econômica Federal, controlador indireto da CNP Seguros Holding Brasil S.A.

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.409 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.464).

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

24. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL). O Plano de Previdência Complementar Aberta - PREV 21 é um plano de benefício aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no Plano de Previdência Complementar - PREV 21 será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

No exercício findo de 2025, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 6.045 (31 de dezembro de 2024 - R$ 11.027).

Conselho de Administração

Thomas Behar (Presidente) · **Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado** (Membro) · **Eduardo Fabiano Alves da Silva** (Membro) · **Marcos Brasiliano Rosa** (Membro) · **Cristina Kiomi Mori** (Membro)
Julia Deiva (Membro) · **Benoît Joseph Marie Piveteau** (Membro) · **Maximiliano Alejandro Villanueva** (Membro) · **Miriam Aparecida Belchior** (Membro) · **Juliano Fernandes Bourim** (Membro)

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira (Diretora Presidente) · **Marco Antonio Barbosa Pires** (Diretor Financeiro) · **Leticia de Oliveira Doherty** (Diretora de Riscos e Controles Internos) · **Joaquim Alfredo da Cruz Filho** (Diretor de Operações)

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
CRC DF 014844/O-0

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da CNP Seguros Holding Brasil S/A ("Holding"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, estende a sua competência à Caixa Seguradora S/A e à Youse Seguradora S/A, supervisionadas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único do Grupo, por deliberação dos seus acionistas e de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê, no âmbito de suas atribuições, apoia o Conselho de Administração em suas responsabilidades de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e da estrutura de gestão de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. No exercício findo em 31/12/2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes e internos sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos, de conformidade e de gestão de riscos mais relevantes, e sobre a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da Administração e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, visando seu alinhamento com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência, na qual foram tratados, dentre outros assuntos, o plano de negócios das atividades do Grupo.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises, sendo da Administração a responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep, e o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua preparação, bem como o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo o Comitê avaliado os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debatido com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade dos negócios ou a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Com base nas informações recebidas e nas avaliações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Holding e de suas subsidiárias está adequado ao porte e complexidade de seus negócios, e avalia como efetiva a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da Holding a aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31/12/2025, e que tiveram parecer sem restrições dos auditores independentes.

Brasília (DF), 24 de fevereiro de 2026.

Assizio Aparecido de Oliveira · **João Antonio Chiappa** · **Eduardo Costa Oliveira**

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2026.02.25 23:58:10 -03'00'